

O texto apresentado a seguir é fruto do processo de trabalho desenvolvido em conjunto pela Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis.

Esse trabalho teve como ponto de partida as políticas de Ensino e Assuntos Estudantis do PDI 2019/2023, com o intuito de aprimorar o que já é desenvolvido pelo IFSP ao longo dos últimos anos.

Participe do processo de construção do Plano de Desenvolvimento, dando contribuições que possam enriquecer o nosso PDI 2024/2028. Todas as contribuições são muito importantes e serão analisadas.

As contribuições serão recebidas no formulário disponível no link:

<https://forms.gle/gsL3NUzrFoauUnseA>

A consulta ficará aberta de 02 a 22 de abril de 2024.

Proposta de texto para o PDI 2024-2028 elaborada pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE) e pela Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis (DAEst)

1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

1.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

A Constituição de 1988 representa um marco histórico na democracia e na cidadania brasileiras, ao romper institucional e politicamente com a ditadura e com o autoritarismo do período anterior e ao apontar para a construção de uma sociedade mais justa. A Carta Magna assegura como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). O direito à educação, como se nota, é o primeiro a ser citado no texto constitucional, seguido de uma série de direitos fundamentais para a vida e para a sociedade. Tal primazia representa a convicção de inúmeros educadores, e da sociedade de modo geral, na educação enquanto instrumento de transformações sociais. Nesse contexto, a escola é compreendida como *locus* privilegiado de formação para a cidadania e de proteção social. Pode-se afirmar, portanto, que a escola enquanto organização social é a materialização de um projeto social, ainda que em constantes disputas.

Atualmente, à escola, enquanto espaço educacional privilegiado, é imputada a função, às vezes quase solitariamente, de formar para a vida e para a convivialidade, em que a qualificação para o trabalho e a preparação para as relações sociais se colocam como aspectos a serem desenvolvidos. Além disso, cada vez mais se exige que a escola dê conta de integrar processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com investimentos aquém das expectativas sobre ela depositada - sobretudo se considerarmos seu papel social em contextos menos favorecidos.

Por outro lado, a escola não é passiva àquilo que lhe é demandado. Sua prática é viva, ativa, reativa, reflexiva e propositiva e aqueles que fazem parte dela não se alienam de gestar e gerir uma intencionalidade em relação ao que da escola se espera. A educação pública, gratuita e de qualidade, definida como direito social, é uma bandeira permanentemente hasteada e em movimento, pois o caminho entre a garantia legal e a sua realização é um (outro) processo de lutas intensas, sobretudo em sociedades historicamente ancoradas na desigualdade social.

A instituição da escola como espaço de construção e de elaboração coletiva contribui para o avanço das conquistas educacionais num contexto democrático. “Qual?”, “como?”, “por que?”, “para que?” e “para quem?” são indagações que atravessam a escola e dão movimento ao conjunto significativo de proposições que, se não neutralizam, ao menos reduzem o impacto de qualquer programa mais monolítico que tente se impor. Esse espaço, nesse sentido, é marcado por um pluralismo de ideias, algumas antagônicas, o que nos obriga a sempre mensurar o que está em jogo em cada debate e a sinalizar o caminho a ser seguido.

Esse caminho, sustentado por um rol de entendimentos sobre a função da escola, permite delinear estratégias que passam pela construção de mecanismos de acesso, permanência e êxito dos estudantes, até à construção de currículos voltados ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; relaciona-se às metodologias que possibilitam o ensino e a aprendizagem, mas também às políticas voltadas aos desafios do cotidiano escolar (assistência estudantil, inclusão e acessibilidade, entre outros).

Num contexto político de priorização de pautas sociais e de engajamento pela aceleração econômica do país, com geração de emprego, renda e desenvolvimento, um novo projeto de educação profissional foi gestado com forte investimento. Em 2008, pela lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, herdeiros dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, das

Escolas Técnicas Federais e das Escolas de Aprendizes e Artífices, mas agora arrojados e identificados com uma concepção disposta a contribuir com a educação brasileira a partir de um projeto inovador, até então inédito.

O artigo 7º da referida lei aponta, logo de início, que entre os objetivos dos Institutos Federais está o de “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008). Já o artigo 8º define que os Institutos Federais devem “garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas” para os cursos técnicos integrados. Como é possível perceber, formar técnicos para atuar nesse projeto de país em desenvolvimento tornou-se, portanto, a prioridade da política de educação profissional e tecnológica brasileira.

A criação oficial dos Institutos Federais está, então, diretamente relacionada à escolha de uma proposta de formação técnica, centralizada em cursos integrados de nível médio. Para a fundação desse projeto, no ano anterior à própria lei de criação, o Ministério da Educação (MEC) publicou o “Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio”, doravante “Documento base”. O texto, por sua vez, recupera o debate ocorrido em anos anteriores, inclusive em torno do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que possibilitou o retorno do ensino técnico integrado ao Ensino Médio, destituído em 1997 por decreto presidencial (nº 2.208). O ensino médio integrado confiado aos Institutos Federais é fruto de um construto político-filosófico que parte de concepções específicas do que se entende (e defende) por educação e por formação profissional técnica (e tecnológica).

Os Institutos Federais, fundados em todos os estados brasileiros, em mais de 600 municípios, atuam em diferentes níveis de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior, incluindo pós-graduação, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de formação inicial ou continuada e de qualificação profissional, firmando-se na indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, analogamente às universidades. Docentes e discentes compartilham os espaços de aprendizagem, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2010, p.13), derrubando as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Essa articulação é um dos princípios sintetizados no “Documento base”, como mencionado, voltado para a definição do projeto de ensino médio integrado que se consolidou na criação dos Institutos Federais. Por tratar-se do foco da política para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os cursos técnicos integrados, dentro da perspectiva do “Documento base”, refletem-se na concepção dos Institutos Federais como um todo, em seus diferentes cursos, ofertas e ações.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo. Como ato inerentemente humano, o trabalho é a forma pela qual transformamos o mundo, na medida em que vemos, pensamos, criamos e agimos sobre os desafios que nos rodeiam, seja em face à natureza, aos outros e a nós mesmos. Não é formar visando ao exercício de uma profissão, mas colocar em movimento a consciência de que o trabalho manual (trabalho produtivo) e o trabalho intelectual estão coadunados. Essa proposição busca superar uma dualidade histórica na educação brasileira, representada na constituição de uma escola e de uma formação voltada para as elites e outra, para a classe trabalhadora.

Para Ciavatta (2012), trata-se:

[...] de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como cidadão. (CIAVATTA, 2012, p.85)

Nesse sentido, a Formação Humana Integral ganha centralidade, na medida em que o sujeito que se quer formar é omnilateral, a quem é possibilitado o direito de desenvolver e aprimorar todas as suas capacidades, integradas por meio da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Tal formação integral pleiteia não apenas garantir o acesso aos conhecimentos científicos, mas sobretudo promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais instituídos pela nossa sociedade, além da apropriação de referências que possibilitem a compreensão da realidade econômica, política e do mundo do trabalho. Ou seja, o que se pretende é uma formação de cidadãos capazes de atuar de forma ética e competente, técnica e política (em seu sentido pleno), visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Nesse processo de formação, a Pesquisa (como atividade básica da ciência) é compreendida como princípio educativo, uma vez que o estímulo pela busca por soluções aos problemas contribui para o desenvolvimento de sujeitos curiosos, incentiva a autonomia intelectual, a compreensão e a conscientização acerca da realidade em que o sujeito está inserido. A tecnologia é concebida como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico, dada pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. A cultura é entendida como processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A aplicação desses princípios pavimenta o encontro com a educação politécnica, que não só permite superar a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, mas também permite com que o sujeito tenha consciência da sua condição histórica, em que suas ações são carregadas de intencionalidade.

Reconhecendo a proposta do “Documento base” como baliza para a identidade dos Institutos Federais, a política curricular do IFSP é centrada em conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, que melhor dialogam como uma educação escolar/acadêmica comprometida com a criticidade e autonomia, para exercício da cidadania e atuação no mundo do trabalho, na busca pela consolidação da educação como direito social.

1.2 POLÍTICAS DE ENSINO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) atua na educação básica e na educação superior, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Tem como característica peculiar uma organização verticalizada, com oferta de cursos da Educação Básica à Educação Superior.

A Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais passa, necessariamente, pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam profundamente ligados à elevação da escolaridade, partindo da Educação

Básica. O IFSP reafirma, portanto, o compromisso com a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Tais dimensões se coadunam com a formação humana e cidadã que precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (MEC, 2008).

A essência da Educação Profissional e Tecnológica permanece ativa no IFSP enquanto diretriz elementar, contribuindo para a cidadania, para a democracia e para o progresso socioeconômico, pelas ações que dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. O IFSP, outrossim, permanece com a verticalização do ensino, uma vez que orienta as políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, pactuando com a diversificação da escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com a sociedade.

Atualmente os cursos do IFSP estão assim distribuídos no que se refere a níveis e eixos tecnológicos.

Níveis:

Educação Básica:

1) Cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos (em parceria com a rede pública de ensino) - EJA-EPT/PROEJA-FIC fundamental;

2) Cursos de qualificação profissional articulada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA-EPT/PROEJA-FIC médio;

3) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA-EPT/PROEJA médio integrado;

4) Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio;

5) Cursos técnicos na forma concomitante ao Ensino Médio; e

6) Cursos técnicos na forma subsequente ao Ensino Médio.

Ensino Superior - Graduação:

- 1) Cursos de Bacharelados;
- 2) Cursos de Licenciaturas (Formação Inicial);
- 3) Cursos de Licenciaturas (Formação pedagógica para graduados não licenciados);
- 4) Cursos de Tecnologia.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos cursos em relação aos eixos tecnológicos.

Tabela 1. Número de cursos de educação básica por eixo tecnológico.

Eixo Tecnológico	Conc./Subs.	FIC EJA	Integrado	Integrado - EJA	Subsequente	Total Geral
Ambiente e Saúde	1		1			2
Controle e Processos Industriais	33	2	30	1		66
Desenvolvimento Educacional e Social	1					1
Gestão e Negócios	15		7	8		30
Informação e Comunicação	7	1	25	1		34
Infraestrutura	6		5			11
Produção Alimentícia	1		4		1	6
Produção Cultural e Design	2					2
Produção Industrial	3		6			9
Recursos Naturais			1			1
Segurança				1		1
Turismo Hospitalidade e Lazer	4	1	2	1		8
Total Geral	73	4	81	12	1	171

Fonte: Editais Processos Seletivos, 2023 e Sistec, 2023

Tabela 2. Número de cursos de graduação por eixo tecnológico.

Rótulos de Linha	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Total Geral
Ambiente e Saúde			1	1
Controle e Processos Industriais	29		5	34
Desenvolvimento Educacional e Social		53		53
Gestão e Negócios	3		9	12
Informação e Comunicação	9		19	28
Infraestrutura	4			4
Produção Alimentícia	1		1	2
Produção Industrial	1		1	2
Recursos Naturais	3		1	4
Turismo Hospitalidade e Lazer	1		4	5
Total Geral	51	53	41	145

Fonte: Editais Processos Seletivos, 2023 e Sistec, 2023

1.2.1. Currículos de Referência

O debate sobre a identidade dos Institutos Federais e de seus cursos remonta o período de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT). O IFSP caminhou nessa direção ao longo dos anos de sua atuação pública, promovendo debates e ações com a finalidade de afirmar os sentidos da educação profissional e tecnológica no âmbito de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Em 2018, com a aprovação da Resolução IFSP nº 37, de 08 de maio de 2018, e valendo-se do acúmulo dos debates anteriores tanto no IFSP, quanto na Rede Federal EPCT, deu-se início à organização mais efetiva dos trabalhos em prol da elaboração dos currículos de referência dos cursos técnicos e de graduação da instituição.

Com a gestão da Pró-Reitoria de Ensino e ampla participação da comunidade, a partir de 2019, Grupos de Trabalho foram formados para mobilizar os *campi* na elaboração do perfil do egresso, dos objetivos e dos conhecimentos essenciais de cada tipo de curso, elementos constituintes dos currículos de referência. Cada minuta elaborada foi objeto de consulta pública e aprovação nos Conselhos de Ensino e Superior.

Os currículos de referência são o resultado de um projeto coletivo da comunidade do IFSP, tornando-se a base para (re)elaboração dos projetos pedagógicos de todos os cursos, que devem atender às especificidades locais, mas também contemplar os elementos dos currículos de referência. Até o ano de 2023, foram elaborados, além de materiais de apoio, como os cadernos orientativos e dois cursos de formação na plataforma Moodle, 120 currículos de referência, de diferentes cursos e eixos tecnológicos, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 3. Currículos de Referência aprovados no IFSP (até 2023)

Concomitantes e Subsequentes	Integrados	Integrados EJA (PROEJA)	Tecnologias	Bacharelados	Licenciaturas
Administração	Açúcar e Álcool	Administração	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Administração	Ciências Biológicas
Alimentos	Administração	Comércio	Automação Industrial	Agronomia	Ciências Naturais - Habilitação em Física
Aquicultura	Agroindústria	Hospedagem	Design de Interiores	Arquitetura e Urbanismo	Ciências Naturais - Habilitação em Química
Automação Industrial	Agropecuária	Informática para Internet	Eletrônica Industrial	Ciência da Computação	Física
Cervejaria	Alimentos	Logística	Energias Renováveis	Engenharia Aeronáutica	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica
Comércio	Automação Industrial	Mecânica	Gastronomia	Engenharia Civil	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio
Desenvolvimento Comunitário	Desenho de Construção Civil	Qualidade	Gestão Ambiental	Engenharia de Alimentos	Geografia
Design de Interiores	Desenvolvimento de Sistemas	Segurança do Trabalho	Gestão da Produção Industrial	Engenharia de Biosistemas	Letras
Edificações	Edificações	Telecomunicações	Gestão de Recursos Humanos	Engenharia de Computação	Matemática

Eletroeletrônica	Eletroeletrônica		Gestão de Turismo	Engenharia de Controle e Automação	Pedagogia
Eletromecânica	Eletromecânica		Gestão do Agronegócio	Engenharia de Energias Renováveis	Química
Eletrônica	Eletrônica		Gestão Pública	Engenharia de Produção	
Eletrotécnica	Eletrotécnica		Logística	Engenharia de Software	
Eventos	Eventos		Mecatrônica Industrial	Engenharia Elétrica	
Fabricação Mecânica	Informática		Processos Gerenciais	Engenharia Eletrônica	
Hospedagem	Informática para Internet		Processos Químicos Sistemas Elétricos	Engenharia Mecânica	
Informática	Lazer		Sistemas para Internet	Química Industrial	
Informática para Internet	Logística		Viticultura e Etnologia	Sistemas de Informação	
Logística	Manutenção Aeronáutica em Aviônicos			Turismo	
Manutenção Aeronáutica em Grupo Motopropulsor	Manutenção Automotiva				
Manutenção Aeronáutica em Célula	Mecânica				
Manutenção e Suporte em	Mecatrônica				

Informática					
Marketing	Meio Ambiente				
Mecânica	Produção de Áudio e Vídeo				
Mecatrônica	Química				
Meio Ambiente	Redes de Computadores				
Multimeios Didáticos	Sistemas de Energia Renovável				
Qualidade	Telecomunicações	<hr/>			
Química					
Recursos Humanos					
Secretaria Escolar					
Serviços de Restaurante e Bar					
Sistemas de Energia Renovável					
Telecomunicações					

1.2.2 Educação Básica

Os cursos de Educação Básica articulados à Educação Profissional e Tecnológica do IFSP promovem a elevação da escolaridade aliada à qualificação profissional em cursos de diversos formatos, eixos tecnológicos, formas de ofertas,

organização curricular, podendo ser agrupados em três grandes tipos: cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio; e cursos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (técnicos integrados e FIC).

As matrículas nesses cursos representam parte significativa dos estudantes do IFSP, conforme é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4. Matrículas nos cursos de Educação Básica do IFSP, por ano.

Educação Básica - Número de matrículas por modalidade e ano				
Modalidade	2020	2021	2022	2023
Técnico Concomitante/Subsequente	8960	9230	10623	8961
Técnico Integrado	11642	11614	11761	11747
Técnico Integrado EJA	833	785	926	848
Técnico Subsequente	115	99	108	55
FIC EJA	81*	57*	137*	169
Total Geral	21631	21785	23555	21780
Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023				
Nota: * As matrículas foram obtidas do Relatório de Gestão 2023 (Base 2022), pois até o ano de 2022, não estavam cadastrados no Sistema Acadêmico SUAP				
Foram considerados, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência				

A presença dos cursos técnicos de nível médio nos *campi* e sua diversidade em número de cursos é apresentada na tabela a seguir. Os cursos técnicos de nível médio estão presentes em todos os *campi*.

Tabela 5. Quantidade de cursos e *campi* do IFSP ofertante de educação básica por ano.

Quantidade de cursos e campi do IFSP ofertante de educação básica por ano

Tipo de Curso	2020		2021		2022		2023	
	Campi	Cursos	Campi	Cursos	Campi	Cursos	Campi	Cursos
FIC EJA*	2	2	2	2	4	4	3	4
Técnico Integrado EJA	13	14	13	14	14	15	13	14
Técnico Integrado	36	82	36	83	36	87	36	89
Técnico Conc./Subs.	33	79	33	76	34	80	34	84
Técnico Subsequente	1	1	1	1	2	2	2	2

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023

Nota: * Os números foram obtidos do Sistec, pois os cursos FIC EJA, até o ano de 2022, não estavam cadastrados no Sistema Acadêmico SUAP

Foram considerados no levantamento os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência

I - Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio

O IFSP deve garantir, conforme determina a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal EPCT, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, prioritariamente na forma integrada, entre outras obrigações.

A referida Lei prevê, portanto, prioridade da forma integrada em relação às demais, o que evidencia a estratégia da lei de criação dos Institutos Federais no que diz respeito à vinculação entre desenvolvimento econômico e elevação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora, por meio da ampliação do acesso a uma educação que busca superar, como já apontado, a dualidade que separa trabalho manual e trabalho intelectual, historicamente persistente na sociedade brasileira.

Para Araújo e Frigotto (2005), o ensino médio integrado não é meramente uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, todavia, é uma proposição pedagógica que:

se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2005, p. 62)

Os currículos desses cursos são pensados a partir da integração, reconhecendo as especificidades e epistemologias dos diferentes saberes que perpassam a educação escolar e, ao mesmo tempo, promovendo uma articulação

orgânica entre eles, que se concretiza no compromisso para uma educação politécnica. Os núcleos articuladores, por exemplo, compõem o currículo de todos os cursos integrados, a fim de evidenciar a identidade de cada curso em sua relação com o mundo do trabalho. Os projetos integradores, presentes nestes e nos demais cursos da Educação Básica, reforçam a prática profissional intrínseca ao currículo na perspectiva da integração, sem hierarquização de saberes (gerais e específicos) e centrada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aliado à elaboração de currículos a partir de conhecimentos, essa concepção traduzida em diferentes práticas pedagógicas, pavimentam a construção cotidiana de um currículo integrado, com a participação ativa de todos os sujeitos nele envolvidos. Além disso, marca o entendimento da política educacional do IFSP frente à premente integração entre a formação básica e a profissional.

Os Planos de Desenvolvimento Institucional relativos aos anos 2014-2018 e 2019-2023 apontam a necessidade de priorizar e consolidar os cursos de Ensino Médio Integrado em todos os *campi*. No ano de 2023, 36 *campi* do IFSP já ofertavam cursos integrados.

Deste modo, neste PDI reforçamos, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), a estratégia de fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, incluindo os *campi* que ainda não possuem essa oferta.

II - Cursos técnicos na forma concomitante e na forma subsequente ao Ensino Médio

Embora, como já assinalamos no texto, o Ensino Médio Integrado tenha precedência em relação a outras formas de oferta da educação básica, as finalidades, características e objetivos dispostos na lei de criação indicam que a instituição deve atender também a outras demandas. São elas demandas sociais de formação e qualificação dos cidadãos e do mundo do trabalho com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Os Institutos Federais devem ainda estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os cursos técnicos na forma concomitante são destinados a quem esteja cursando o nível médio de ensino, efetuando-se matrículas distintas para cada curso (ensino médio e técnico).

Já os cursos técnicos na forma subsequente são destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Nesse sentido, otimizando os recursos de infraestrutura física e humana presentes nos *campi*, a oferta formativa deve estar orientada em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Podemos destacar, basicamente, dois perfis de estudantes para os cursos mencionados acima:

- 1) De alunos matriculados no Ensino Médio em escolas regulares que queiram cursar ao mesmo tempo cursos técnicos de nível médio, seja para ampliar as possibilidades de empregabilidade, seja por interesse em conhecer o eixo tecnológico ao qual tal curso está vinculado, dentre outras possibilidades; e
- 2) De trabalhadores que, tendo concluído anteriormente o Ensino Médio, se interessem por cursos técnicos de nível médio, seja para acesso ou reinserção no processo produtivo, para formação continuada, qualificação profissional, ou por interesse pessoal.

Entretanto, no atendimento às expectativas da comunidade por qualificação no mundo do trabalho em constante transformação em termos tecnológicos, gerenciais e organizacionais é preciso reconhecer que a qualificação para o exercício profissional sem a formação humana e cidadã não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social. Por essa razão, o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais. E por isso, os cursos concomitantes e subsequentes devem pautar-se pelos princípios que consolidam a identidade dos Instituto Federais, como o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre teoria e prática e a formação integral, entre outros já destacados alhures.

III -Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT/PROEJA)

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 consiste em uma modalidade de ensino que deve ser assegurada pelos sistemas de ensino gratuitamente àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular. A estes deverão ser oferecidas oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. A mesma lei define que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional.

Importante retomar que o artigo 7º da já citada lei 11.892/2008 destaca que um dos objetivos dos Institutos Federais é “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.” (BRASIL, 2008 - *grifos nossos*).

Por sua vez, o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e determinou que as instituições federais de educação profissional disponibilizassem ao PROEJA, no mínimo, dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

Para a educação de jovens e adultos, o Plano Nacional de Educação estabelece como meta para o período 2014 a 2024 oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

No IFSP, dos 25 *campi* em funcionamento no ano de 2012, 3 deles ofereciam cursos nessa modalidade. Em 2023, 17 *campi* ofertavam cursos EJA-EPT/PROEJA, sendo 12 cursos técnicos integrados.

Com o intuito de ampliar a oferta, a Pró-Reitoria de Ensino atuou nos últimos anos no fomento dessa modalidade, a partir da realização de seminários, estudos,

documentos e projetos, objetivando a ampliação das vagas nos cursos.

Embora o PDI para o período de 2019 a 2023 indicasse a oferta de 44 cursos EJA-EPT/PROEJA, apenas 18 cursos estavam vigentes no término desse ciclo. Na ocasião do PDI anterior, 7 *campi* não indicaram nenhuma proposta de EJA-EPT. Podemos perceber, portanto, que não se avançou compativelmente à expectativa estabelecida.

É necessário compreender a EJA-EPT dentro da sua especificidade, que além de compartilhar dos princípios filosóficos dos demais cursos, assume percursos próprios em diálogo com a vivência da população jovem e adulta brasileira, alijada do processo de escolarização e atravessada pelas contradições socioeconômicas do país. A busca ativa, a experiência da educação popular, o currículo contextualizado, com tempos e espaços pensados na perspectiva da permanência e êxito, são alguns caminhos para conduzir uma proposta de ampliação da EJA-EPT, como se espera dos Institutos Federais a partir de seus marcos normativos.

Importante destacar que a opção prioritária da política institucional do IFSP na oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é a promoção de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Isso porque atende a dois balizadores importantes (a lei nº 11.892/2008 e o decreto 5.840/2008, simultaneamente) e amplia a possibilidade de consolidação de um projeto curricular, de fato, integrado, já que o curso é ministrado em sua totalidade no IFSP. Além disso, a elevação de escolaridade se dá, nesses casos, aliada a uma diplomação consubstanciada em uma habilitação técnica, o que se espera ampliar as oportunidades de (re)inserção da população jovem, adulta e idosa no mundo do trabalho.

Para o PDI 2024-2028, em continuidade à política de ensino em vigor, em consonância com a Lei nº 11.892/2008, o PNE, e considerando que a Educação Profissional é uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, reafirma-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. Essa educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho

e deve estar centrada no compromisso de oferta de uma educação ampla e politécnica. Cumpre-nos, para tanto, o desafio de:

- Ampliar a oferta de vagas e/ou cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio, tornando-a prioridade em todos os *campi* do IFSP;
- Consolidar o Ensino Médio Integrado pela discussão dos princípios norteadores que sustentam sua concepção político-pedagógica, enfatizando os espaços e tempos da integração curricular;
- Ampliar a oferta dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente na forma integrada ao Ensino Médio, de modo que todos os *campi* ofereçam cursos nessa modalidade;
- Rever os documentos e normativas relativas à Educação Básica articulada à Educação Profissional e Tecnológica;
- Discutir a política de oferta dos cursos técnicos nas formas concomitante e subsequente, em especial a partir dos arranjos produtivos locais, da demanda e das taxas de conclusão;
- Revisar participativamente os currículos de referência dos cursos do IFSP, contribuindo com a consolidação da identidade de cada um deles, em diálogo com os princípios da Instituição;
- Estruturar programas de formação continuada e repositório das práticas que se constituirão a partir das diretrizes para o Ensino Médio Integrado do IFSP, considerando como base de organização curricular a politecnia, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e o currículo integrado;
- Criar espaços institucionais para discussão da EJA-EPT;
- Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio;
- Consolidar as Comissões para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEICs) como espaços de acompanhamento pedagógico contínuo dos cursos de Educação Básica;
- Estabelecer parâmetros de avaliação da educação básica no IFSP;
- Promover ações articuladas ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e ao Núcleo de Estudos sobre Gênero e

Diversidade Sexual (NUGS) a fim de promover o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, viabilizando a consolidação da política de ações afirmativas da instituição.

1.2.3 Ensino Superior - Graduação

As ações da Pró-Reitoria de Ensino no âmbito dos cursos de graduação estão interligadas com as demais ações institucionais e com os fundamentos político-pedagógicos do IFSP. A democratização do acesso ao ensino superior e as ações de permanência e êxito na trajetória da formação profissional, se coadunam com o ensino de qualidade, socialmente referenciado, e o esforço contínuo para atender as necessidades da sociedade. O desenvolvimento profissional e social está pautado na premissa elementar dos Institutos Federais, pelo empenho na construção de ambientes que proporcionam discussões e reflexões críticas sobre aspectos técnicos, tecnológicos, éticos, políticos e profissionais de relevância para a formação dos estudantes. Assim como os cursos de Educação Básica, as graduações são pautadas nos princípios da politecnia, da omnilateralidade e do trabalho como princípio educativo, articulado com a pesquisa e a extensão de forma indissociável.

Cada tipo de curso de graduação possui uma articulação própria com a história de cada um dos *campi*, bem como com a missão do IFSP. Nesse sentido, destacamos os principais elementos constituintes de cada um dos tipos de cursos de graduação ofertados na instituição.

I - Licenciaturas

As licenciaturas são cursos de formação inicial e continuada, em nível superior, de profissionais do magistério para educação básica em suas etapas e modalidades - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

O déficit de docentes é reconhecidamente um grande desafio a ser superado no Brasil. Essa constatação é propalada tanto nos diversos veículos de informação, quanto referendada pelas bases de dados educacionais e por estudos acadêmicos

dedicados à educação brasileira. Nesse contexto, o IFSP, por meio do disposto no art. 8º, da lei nº 11.892/2008, deve garantir a oferta de, no mínimo, 20% das vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O disposto na lei citada visa, de forma inequívoca, atender a uma demanda latente na sociedade, que é a formação de docentes para a educação básica.

No IFSP, a natureza crítica e reflexiva presente nos currículos das licenciaturas formam o alicerce da sua política curricular, baseada em conhecimentos e representada pelos Currículos de Referência de cada curso. A identidade das licenciaturas na educação profissional, por outro lado, ainda é um desafio para toda a Rede Federal EPCT, incluindo o IFSP. Surge como imperativo compreender a especificidade dessa formação inserida num projeto educacional voltado à educação profissional e tecnológica.

Mas além de desafios, há também potencialidades, uma vez que a posição privilegiada da Rede Federal EPCT em oferecer cursos de formação inicial (licenciaturas), para atuação na Educação Básica, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, pode ser bem aproveitada como vantagem para a construção de uma educação profissional técnica de nível médio ancorada nos princípios da Rede, fortalecendo o trabalho como princípio educativo desde o início da escolarização.

Esse último ponto conecta objetivos e princípios entre as duas ofertas obrigatórias dos Institutos Federais pela sua lei criadora: os mínimos 50% para a educação profissional técnica de nível médio e os mínimos 20% para as licenciaturas. Percebendo a Instituição como um projeto único, é necessário ampliar os diálogos para a expansão de uma formação integral para as diferentes redes e sistemas, tendo a experiência de integração dos Institutos Federais como premissa. Há, portanto, desafios de articulação, nos espectros curricular, de práticas pedagógicas e de gestão das graduações no IFSP.

II - Tecnologias

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) são cursos superiores de graduação com características especiais, cuja especificidade reside no fato de se

tratar de uma formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas. Trata-se de um curso de graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico.

A oferta dos CSTs remonta à época do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, visando atender uma demanda específica e crescente em algumas áreas do conhecimento. Ao longo do tempo, tal oferta foi se modificando, encontrando no eixo tecnológico de “Informação e comunicação” suas experiências mais bem sucedidas do ponto de vista da procura (relação candidato-vaga), da permanência e do êxito. De outro modo, as tecnologias em algumas áreas, como nas engenharias tradicionais (elétrica, mecânica, construção civil, entre outras), não receberam o devido reconhecimento do setor produtivo nacional, seja na ampla contratação e no reconhecimento da qualidade dessa formação, seja na remuneração desses profissionais. É perceptível, portanto, como as diferentes características dos arranjos produtivos impactam a proposição de CSTs não apenas no IFSP, mas em toda a rede de educação profissional e tecnológica.

A oferta de CSTs no IFSP representa um terço das matrículas nas graduações e sua maior quantidade de turmas, o que indica a relevância de sua presença na instituição. A proporção de matrículas e turmas é adequada em relação à característica desse tipo de curso: de duração menor que os bacharelados e mais específicos na tecnologia da profissão.

Ao longo do desenvolvimento da graduação no IFSP houve um movimento de “substituição” de cursos de tecnologias por bacharelados, tipicamente nas áreas das engenharias. Esse movimento ainda acontece em alguns *campi*, porém a maior parte das movimentações ocorreram nos dois últimos PDIs, sendo as grandes motivações alegadas a adequação ao mundo do trabalho e os indicadores de permanência e êxito. Nesse movimento dos *campi* de substituição de tecnologias por bacharelados, muitos cursos que eram oferecidos no turno noturno migraram para o turno diurno, majoritariamente integral.

A formação superior nas áreas de tecnologia, em CSTs, ainda é um desafio para o IFSP, pois há necessidade de melhor caracterização do impacto desse movimento de mudança de turno de oferta, bem como a própria mudança de público-alvo decorrente. Soma-se a esse desafio, o fato de que, em alguns casos, a duração dos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente representa uma alternativa (em tempo menor) de formação adequada à (re)inserção profissional. É preciso, assim, pensar possibilidades de verticalização para melhor representar o projeto da Instituição em sua completude, tal como na relação anteriormente suscitada entre o ensino médio integrado (incluída a EJA) e as licenciaturas.

III - Bacharelados

Os cursos de bacharelado proporcionam a formação exigida para que seja possível exercer as profissões regulamentadas por lei ou não. Na maior parte dos cursos é expedido o título de bacharel, como, por exemplo, em Administração e Ciência da Computação. As engenharias são cursos bacharelados, que como tal, são generalistas dentro da área de conhecimento e devem promover soluções que sejam não apenas tecnicamente corretas, mas com a ambição de considerar os problemas em sua totalidade, em sua inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões: técnica, tecnológicas, éticas, econômicas, entre outras.

A implantação dos bacharelados no IFSP tomou forma, principalmente, por meio dos cursos de engenharia. A substituição dos cursos de tecnologias por engenharias, aliado à verticalização dos cursos técnicos de nível médio no eixo de “Controle e processos industriais”, foram alavancas importantes para a expansão dos bacharelados. Nos *campi* em que não havia a oferta desse eixo tecnológico, ou não era dominante em quantidade de cursos, outros bacharelados passaram a ser implantados, com destaque para as áreas de administração e de computação. Para as engenharias, que representam a maior parte da oferta de cursos bacharelados, a construção dos Currículos de Referência foi fator de consolidação e identidade na política curricular dos cursos.

O turno majoritário na oferta dos bacharelados é o integral. Muitos fatores corroboram para esta escolha de implantação dos bacharelados, entre os quais: a tradição de engenharias em universidades públicas serem nesse turno; a

possibilidade de alunos fazerem pesquisa com os docentes (em sua maioria, doutores); a otimização de infraestrutura em períodos ociosos no *campus*; e a alteração do público-alvo de estudantes. Por outro lado, os bacharelados são os cursos com a menor taxa de evasão (além de outros indicadores de eficiência acadêmica) entre as graduações, fato que se mostrou acertado em relação à substituição das tecnologias. Há também nos cursos bacharelados uma ligação estreita com a pós-graduação acadêmica, especialmente a pós-graduação *stricto sensu* (não profissional). A oferta de cursos bacharelados em turno noturno é um desafio colocado pelo Plano Nacional de Educação, que está presente nas discussões das reformulações e das implantações dos cursos de bacharelado em todo o país. É importante, dentro da proposta de criação dos Institutos Federais, aproximar a excelência da formação acadêmica àqueles sujeitos historicamente alijados de um processo educacional de qualidade, com vistas à ampliação das possibilidades de melhor relação com o mundo do trabalho.

De modo geral, em todas as graduações, o estágio supervisionado, as práticas profissionais supervisionadas, os projetos/programas de extensão, as atividades complementares e os trabalhos de conclusão de curso (ou projeto final de curso) são componentes curriculares importantes. Para cada tipo de curso, esses elementos assumem uma importância particular, mas que deve, de modo geral, ter especial relevância central na política curricular, a fim de que possam garantir os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O último PDI 2019-2023 aponta as metas e estratégias do PNE para o decênio 2014-2024, como norteadoras das principais ações para a política de cursos de graduação no IFSP, além da própria lei de criação dos Institutos Federais. Nesse sentido, os cursos de graduação apresentaram crescimento nas matrículas, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6. Matrículas nos cursos de graduação por ano.

Graduação - Número de matrículas por modalidade e ano				
	2020	2021	2022	2023
Bacharelado	6327	7473	8557	8594
Licenciatura	7386	8869	9457	8001
Tecnologia	8907	9096	9256	7431
	22620	25438	27270	24026

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023

Foram considerandos, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência

A presença das graduações nos *campi* e sua diversidade em número de cursos é apresentada na próxima tabela. As graduações estão presentes em todos os *campi*, exceto nos avançados.

Tabela 7. Quantidade de cursos e *campi* do IFSP ofertante de graduação por ano.

Quantidade de cursos e campi do IFSP ofertante de graduação por ano								
Tipo de Curso	2020		2021		2022		2023	
	Campi	Cursos	Campi	Cursos	Campi	Cursos	Campi	Cursos
Bacharelado	28	46	28	46	29	47	29	51
Licenciatura	30	51	30	52	30	53	31	56
Tecnologia	28	60	28	61	28	61	28	59

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023

Foram considerandos, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência

O histórico de implantação dos cursos de graduação nos *campi* mais antigos passou pela oferta de cursos de tecnologias e licenciaturas, depois pela oferta de bacharelados. Nos *campi* mais recentes, observou-se a abertura de bacharelados como primeira opção na oferta de cursos de graduação, além das licenciaturas. A adequação dos cursos de tecnologia ao mundo do trabalho, a permanência, e o êxito foram fatores relatados para a maior parte das opções de substituir os cursos de tecnologia por bacharelados. Esse movimento pode ser observado pela maior expansão de cursos de bacharelados em relação aos cursos de tecnologia. Em todos os tipos de cursos de graduação houve ampliação de matrículas, de cursos e de *campi* ofertantes, de forma que a ampliação está de acordo com as metas e estratégias do PNE 2014-2024 para a expansão das matrículas brutas, líquidas e no segmento público.

Nos cursos bacharelados, a predominância é do turno integral na oferta de vagas, com 33 cursos, representando 22,76% das vagas, quando comparado com a oferta no turno noturno, com 13 cursos. Nas licenciaturas, a oferta de vagas matutinas e vespertinas somam 28 cursos, comparado com 30 ofertas para o turno noturno, representando 48,18% das vagas. Os cursos de tecnologia possuem oferta predominantemente noturna, com 45 cursos, representando 70,90% das vagas, quando comparado com as ofertas diurnas, com 26 cursos. Os dados apresentados foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha para o ano de 2022. A oferta de cursos no turno noturno está alinhada com as metas e estratégias do PNE 2014-2024, com mínimo de 30% das vagas no período noturno.

A curricularização da extensão, como estratégia do PNE 2014-2024, foi implementada em todos os cursos de graduação do IFSP no ano de 2022, considerando que todos os cursos dediquem, no mínimo, 10% da carga horária para projetos e/ou programas de extensão. As turmas, a partir de 2023, possuem carga horária dedicada, então, aos projetos e/ou programas de extensão curricular, conforme a política e os procedimentos institucionais, garantindo atendimento integral à Resolução CNE/CES Nº 7/2018.

Na oferta dos cursos de graduação em licenciaturas, o percentual, mínimo de 20% na oferta de cursos de formação de professores, segundo a lei nº 11.892/2008, está próximo da meta, haja vista que as matrículas equivalentes na formação de professores é de 18,7% para o ano de 2022, sendo que a composição do percentual legal também inclui cursos de pós-graduação voltados à formação docente.

Diante do cenário descrito, em continuidade à política de ensino em vigor, em consonância com a Lei nº 11.892/2008 e o PNE, sob a ótica das diretrizes curriculares nacionais e as legislações internas, as graduações do IFSP devem reafirmar, nas construções curriculares, elementos para a consolidação dos princípios e compromissos institucionais do IFSP e da educação profissional e tecnológica, sendo que, para tal, cumpre-nos o desafio de:

- fortalecer a identidade institucional curricular dos cursos de graduação por meio dos Currículos de Referência de cada curso e suas revisões;
- ampliar a oferta de cursos de licenciatura, em articulação com cursos de pós-graduação de formação de professores, para atingir o percentual

legal de 20%, mínimos, da oferta de vagas equivalentes;

- ampliar, de acordo com o PNE, a oferta de cursos bacharelados no turno noturno, a fim de atender o mínimo de 30% de oferta neste turno, considerando a distribuição equânime entre os tipos de cursos de graduação;
- ofertar cursos de 2ª licenciaturas, com vistas a uma política ampla de formação continuada da formação de professores(as) para a educação básica;
- consolidar os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados de Curso como instâncias fundamentais para a execução de uma política pública de qualidade nas graduações;
- criar espaços institucionais para a discussão e fortalecimento da identidade de cada tipo de curso de graduação, por meio de Grupos de Estudos, Fóruns, Câmaras, ou instâncias equivalentes para uma discussão plural;
- elevar, gradualmente, a permanência e êxito dos cursos de graduação;
- estruturar programas de formação continuada, considerando as particularidades de cada tipo de curso de graduação, em especial na relação entre a carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e as especificidades de conhecimentos inerente a cada curso;
- consolidar, fortalecer e ampliar a participação em programas de incentivo ao desenvolvimento do ensino superior com fomento externo, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Residência Pedagógica (RP) e o Programa de Educação Tutorial (PET), bem como viabilizar programas internos com características semelhantes para outros públicos de discentes, além do fortalecimento da contrapartida institucional para manutenção da participação dos programas em andamento;
- articular as propostas de programas de ensino com a permanência e êxito dos estudantes;
- discutir a política de oferta dos cursos de tecnologia, considerando seu papel na educação profissional e tecnológica;
- articular a oferta de cursos de graduação com a oferta de cursos técnicos, visando à construção de itinerário profissional verticalizado,

incluindo a possibilidade de aproveitamento de estudos;

- fortalecer a pesquisa como princípio educativo, além de sua articulação com a pesquisa aplicada, fomentando a indissociabilidade do ensino superior;
- acompanhar e consolidar a curricularização da extensão no âmbito da graduação, para além do cumprimento legal, fomentando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa;
- articular o itinerário formativo profissional nas graduações com os cursos de pós-graduações, no âmbito da educação profissional e tecnológica;
- fortalecer o estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, como componente curricular com papel relevante na formação profissional;
- fortalecer o aproveitamento de estudos, conhecimentos e experiências nas graduações como política curricular, sempre considerando a qualidade e a ampliação de oportunidades aos estudantes como ponto central da construção;
- articular os componentes curriculares de atividades complementares, de trabalhos de conclusão, de práticas supervisionadas e de projetos integradores com todo o currículo do curso, visando flexibilizar o itinerário formativo do estudante, mas garantindo, sobretudo, a qualidade;
- fortalecer a relação entre as políticas de atualização curricular com as ações de avaliação externa dos cursos;
- fortalecer e ampliar as ações de gestão dos cursos de graduação, por meio das coordenações, dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Cursos, para a integração de informações e dados das avaliações internas (da Comissão Própria de Avaliação e interna dos cursos) e externas (do INEP, incluindo o ENADE) nas revisões dos currículos das graduações; e
- fortalecer a relação com as coordenações dos cursos de graduação.

1.2.4 Educação a Distância (EaD)

Conforme o art. 1º do decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

[...]considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Assim, a modalidade de educação a distância (EaD) não se diferencia da modalidade de ensino presencial em seus elementos fundamentais e, sim, no seu modo de mediação didático-pedagógica. Há, no cenário atual, uma ampla discussão sobre o conceito de EaD, inclusive no sentido de criticar a escolha lexical para definir a modalidade nos documentos legais, que dão ênfase na oposição entre presença e distância. Pesquisadores como Leffa e Freire (2013), que estudam os fenômenos da linguagem em uso, destacam que essa modalidade deveria ter sua nomenclatura revista, pois os processos de aprendizagem mediados pelas tecnologias digitais, hoje, podem compor um *continuum* de relações humanas que articulam e convergem situações de tempo e espaço diferentes, mas que, em essência, promovem o encontro e a relação de aprendizagem entre pessoas por meio da tecnologia digital.

Considerando as especificidades da EaD, cuja principal característica constitui-se no fato de o professor se fazer presente por meio das relações estabelecidas pela mediação tecnológica e discursiva, a atual concepção de EaD do IFSP parte das várias articulações entre espaços de relações humanas de aprendizagem, linguagens e currículos, inclusive na perspectiva da convergência gradativa entre atividades presenciais e on-line nos diferentes níveis de ensino. A partir dessa concepção, torna-se emergente uma organização curricular e pedagógica que requer a constituição de equipes multidisciplinares engajadas, capazes de desenvolver estratégias, ambientes e recursos educacionais que proporcionem uma aprendizagem alinhada com os princípios e valores do IFSP.

A concepção pedagógica de EaD adotada pela instituição prevê uma abordagem crítica, com adoção de diferentes modelos e desenhos didáticos

colaborativos, abertos, complexos, contextualizados, que propiciem as relações humanas entre os sujeitos da ação educativa e a reflexão crítica, visando à construção cultural, social e científica de conhecimentos, instrumentos e saberes técnicos alinhados aos princípios de inovação social e tecnológica. Assim, a mediação pedagógica é baseada nas relações humanas permeadas pelas linguagens, mídias e tecnologias, permitindo a emergência de uma cultura digital própria da comunidade do IFSP e que respeita as diferentes concepções teóricas de aprendizagem compromissadas com uma visão ética de formação humana.

Nessa perspectiva, os professores e educandos assumem juntos um papel fundamental de mediação na construção do conhecimento, colaborando conjuntamente nas estratégias de aprendizagem para que possam desenvolver suas percepções, reflexões e convicções acerca dos processos culturais, sociais e de trabalho, constituindo-se como cidadãos e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política.

É importante destacar que o estudante, nessa concepção de EaD, é compreendido como um sujeito que precisa estar engajado com o próprio processo de aprendizagem, contribuindo e colaborando com os docentes nesse processo, desenvolvendo um perfil crítico, colaborador, pesquisador, autônomo, fluente na cultura digital e comprometido com seu aprendizado.

Para as ações que envolvam a EaD no IFSP, as premissas para o uso das tecnologias e mídias digitais devem ser pautadas pelos princípios da acessibilidade, da ergonomia, da aceitação cultural, da gratuidade, da interoperabilidade, da reutilização e, principalmente, da capacidade de customização e personalização para o contexto ou curso a ser ofertado, desde que alinhados com os objetivos educacionais propostos.

Nesse sentido, como ambiente virtual de aprendizagem oficial da instituição que atende às premissas estabelecidas, o IFSP escolheu o Moodle, que poderá ser implementado e gerido por cada *campus*, desde que os requisitos mínimos de acessibilidade e de interoperabilidade sejam garantidos. O Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD) é responsável por apoiar a pesquisa e a formação de servidores para o uso do Moodle.

Outras tecnologias e mídias poderão ser integradas e articuladas aos

processos de ensino-aprendizagem, desde que respeitadas as premissas estabelecidas, inclusive se integradas ao ambiente Moodle utilizado. O CEAD incentiva o uso de ferramentas de conferência web para aulas síncronas e a produção de vídeos e sons educacionais, visando ampliar a multimodalidade das linguagens e mídias nos processos de ensino-aprendizagem.

Nos últimos anos, o CEAD tem articulado esforços junto à Diretoria de Tecnologia da Informação do IFSP para integrar e aprimorar os sistemas utilizados nas demandas de EaD, como o ambiente Moodle, no sistema integrado de gestão acadêmica SUAP, facilitando o acesso dos estudantes dos cursos EaD a todos os serviços on-line disponibilizados por esse sistema.

É também uma premissa relevante para a EaD no IFSP a disponibilidade e a garantia de acesso, consulta e uso do acervo das bibliotecas físicas e digitais, pelos serviços Pergamum e Biblioteca Virtual, além do acesso amplo às bases eletrônicas de periódicos científicos da Capes pelo sistema integrado de gestão acadêmica SUAP.

O CEAD também fomenta o uso de tecnologias e mídias para a disseminação e compartilhamento de pesquisas, estudos e conhecimentos desenvolvidos no âmbito da EaD no IFSP a partir dos canais de Youtube, Eduplay, Web TV, podcasts e rádios institucionais, visando ampliar o desenvolvimento dessas estratégias de comunicação e interação com a comunidade interna e externa.

As principais premissas de curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais no IFSP são:

- Ênfase na curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que estejam alinhados à filosofia e cultura educacional das diferentes modalidades e níveis de ensino do IFSP;
- Curadoria de materiais e recursos educacionais digitais que garantam os requisitos mínimos de acessibilidade, usabilidade, reusabilidade, granularidade, interoperabilidade, bem como os requisitos estabelecidos nos modelos mais tradicionais de curadoria, seja na dimensão quantitativa, como o modelo LORI - Instrumento de Revisão de Objetos de Aprendizagem ou *Learning Object Review Instrument* (LORI) baseado nos estudos de Nesbit, Belfer & Leacock (2002) -, seja

na dimensão qualitativa, como proposto pelo guia CASCOIME (*custo, acessibilidade, adequação política e social, empatia cultural, abertura e flexibilidade, interatividade, valores motivacionais, eficácia*).

- A implementação de um fluxo institucional de produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que garanta o desenvolvimento de um design educacional alinhado ao projeto pedagógico e à filosofia institucional, a validação ou revisão técnica dos conteúdos, a revisão de linguagem, avaliação de plágio, a editoração e diagramação dos materiais e recursos, com a possibilidade de publicação em diferentes formatos e mídias, inclusive pela editora do IFSP, a EDIFSP, em diferentes licenças, como Domínio Público ou *Creative Commons*, com a garantia do registros dos créditos de produção e de autoria dos sujeitos envolvidos na produção.
- A elaboração e atualização contínua dos guias¹ e manuais de curadoria e produção de materiais e recursos educacionais digitais publicados pelo CEAD.



A EaD do IFSP tem como premissas, no âmbito da educação inclusiva

¹ Vide “Guia Orientativo: Uso das TICs, Mídias e Linguagens nos processos educativos”. Disponível em: r.ead.ifsp.edu.br/eadguia

Especialização (Lato Sensu)	0	0	0	5	5	5	5
Licenciatura	2	2	2	2	2	2	2
Mestrado Profissional	1	1	1	1	1	1	1
Qualificação Profissional (FIC)	25	11	94	26	149	33	141
Técnico	2	2	2	2	2	2	3
Tecnologia	0	0	0	0	0	0	1
Total geral	30	16	99	31	159	43	153

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023.

Os desafios para a EaD no IFSP para os próximos anos se configuram em diferentes dimensões institucionais, como a dimensão cultural, legal, tecnológica, administrativa e pedagógica.

Na dimensão cultural, o principal desafio é estabelecer propostas e possibilidades que permitam à comunidade interna do IFSP compreender como são os cursos na modalidade EaD, ressignificando-a como uma modalidade que se beneficia da convergência entre tecnologias, mídias e linguagens. Nesse sentido, torna-se necessário criar espaços de experiências culturais para estudantes, docentes e técnicos explorarem e vivenciarem cotidianos de formação e aprendizagem por meio dessa modalidade a partir de projetos coerentes e engajados com a transformação social dos sujeitos.

Na dimensão legal, torna-se necessário avaliar e estabelecer princípios que se articulem às mudanças dinâmicas da legislação nessa modalidade, engajando a comunidade na participação das discussões sobre a institucionalização na Rede Federal e o uso das tecnologias para a promoção de diferentes espaços-tempo de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito à dimensão tecnológica, o principal desafio será a

interoperabilidade dos sistemas, melhorando cada vez mais a experiência de usabilidade de ambientes virtuais, ambientes acadêmicos, bibliotecas digitais, dentre outros, bem como a adesão ao Moodle gerenciado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), de forma a otimizar o uso da plataforma, garantindo maior estabilidade, disponibilidade de espaço para atualização de *plugins* e aumento da quantidade de acessos simultâneos.

É preciso, também, avançar na consolidação da autoavaliação institucional dos cursos superiores na modalidade a distância, ampliando o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na elaboração e análise de relatórios, emissão de pareceres e na promoção de debates que contribuam para a institucionalização da EaD no IFSP e, em especial, para a avaliação e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelas equipes multidisciplinares dos *campi*.

Quanto aos desafios na dimensão administrativa, além da interoperabilidade dos sistemas relacionados às atividades educacionais, registros acadêmicos e demais informações para os estudantes e docentes, é fundamental aprimorar os mecanismos de governança, garantindo recursos orçamentários aos *campi* responsáveis pela oferta de cursos na modalidade EaD para a criação e manutenção de espaços e equipamentos adequados à produção de conteúdos digitais de qualidade, e capacitação permanente de servidores habilitados ao desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de materiais didáticos, recursos audiovisuais, design gráfico e administração de plataformas de ensino. Também se divisa como necessário o fortalecimento do CEAD como instância dedicada ao desenvolvimento de políticas que possibilitem a integração de recursos educacionais e pedagógicos nos currículos e o aperfeiçoamento dos processos de gestão e governança dos cursos na modalidade EaD.

E, por último, na dimensão pedagógica, os principais desafios são desenvolver uma cultura de aprendizagem cooperativa entre estudantes e docentes a partir do uso das tecnologias e mídias, aprimorar conhecimentos sobre a aprendizagem a distância, e atribuir as responsabilidades dos sujeitos nos processos de aprendizagem em contextos de convergência entre presencial e digital.

1.2.4.1 Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD-PRE)

A gestão estratégica da EaD compreende os diversos aspectos de planejamento, desenvolvimento e implementação das propostas pedagógicas da instituição, envolvendo a elaboração de políticas de EaD, gestão de recursos financeiros, coordenação de equipes de trabalho e organização e oferta de cursos. Nos últimos anos, a instituição trabalhou na regulamentação dos principais processos organizacionais de EaD no IFSP, como a regulamentação da seleção, definição de papéis e pagamento de bolsistas, pela Resolução IFSP nº 012/2017, implementação e gestão de polos presenciais, pela Resolução IFSP nº 42/2016 e a criação do Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD), pela Portaria nº 4.032, de 14 de dezembro de 2018.

A premissa de organização da EaD no IFSP envolve um núcleo gestor da EaD, atualmente como Coordenadoria do Centro de Referência em Educação a Distância, estabelecida na Pró-Reitoria de Ensino, que atua de maneira sistêmica e em rede com as equipes multidisciplinares dos *campi*, visando à institucionalização e atuação junto às demandas de inovação curricular, formação de servidores, produção de recursos educacionais e de estruturação tecnológica.

Nessa organização, o CEAD possui servidores técnicos especialistas em educação a distância que compõem uma equipe multidisciplinar, atualmente formada por docentes, técnico em tecnologia da informação, tecnólogo em produção audiovisual, programadora visual, técnicos em assuntos educacionais, assistentes administrativos e tradutora intérprete de Libras. Cada *campus* do IFSP tem autonomia para a oferta de cursos nessa modalidade, desde que garanta a formação de servidores, constituindo equipes multidisciplinares que se articulem com o CEAD, com base em um planejamento adequado que preveja a oferta, inclusive no PDI, de cursos regulares na modalidade a distância ou a inserção de carga horária a distância em cursos presenciais.

Também é garantida a oferta de cursos de maneira sistêmica e em rede, seja entre *campi* do IFSP na relação *campus ofertante-campus polo e/ou campus ofertante-campus parceiro administrativo e/ou entre campi*, Institutos Federais, universidades e demais instituições públicas da sociedade civil, por meio de acordo de cooperação, desde que devidamente planejado, articulado com o CEAD, tramitado

e aprovado pelos órgãos consultivos e deliberativos do IFSP.

A criação de polos de apoio presencial, seja em *campus* do IFSP ou em outra instituição, também deve seguir a regulamentação interna e externa, bem como garantir a devida justificativa de demanda.

Tabela 9 - Lista de Polos de Apoio Presencial aos cursos na modalidade EaD do IFSP

Cidade	Localidade	Graduação	Pós-Graduação
Barretos - SP	DERBY CLUBE	Licenciatura em Pedagogia e EPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Barueri – SP	CENTRO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
Botucatu - SP	CENTRO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
Bragança Paulista - SP	JARDIM SÃO LOURENÇO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Capivari - SP	IFSP	Tecnologia em Processos Gerenciais	Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Línguas, Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Ciências e Matemática
Itapetininga - SP	CENTRO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Itapevi – SP	JARDIM ITAPEVI	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
Jandira – SP	JARDIM EUROPA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São João da Boa Vista – SP	CENTRO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

Cidade	Localidade	Graduação	Pós-Graduação
São João da Boa Vista – SP	IFSP	-	Informática na Educação – DocentEPT
São Paulo - SP	JARDIM MIRANGAIA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	JARDIM SANTA LUCRECIA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
Diadema - SP	CENTRO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
Santa Isabel - SP	JARDIM NOVO ÉDEN	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São José do Rio Preto – SP	REDENTORA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	IFSP	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	-
São Paulo - SP	BALNEÁRIO SÃO FRANCISCO PEDREIRA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	CIDADE TIRADENTES	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	GUAIANASES JARDIM MORENO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	INTERLAGOS	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	JARDIM ESMERALDA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-

Cidade	Localidade	Graduação	Pós-Graduação
São Paulo - SP	JARDIM GUAPIRA - JAÇANA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	JARDIM PAULISTANO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	JARDIM SANTA TEREZINHA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	JARDIM SÃO ROBERTO	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	PARQUE VEREDAS	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	PIRAJUSSARA	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Paulo - SP	VILA CISPER	Licenciatura em Pedagogia e EPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
São Paulo - SP	VILA DAS BELEZAS	Licenciatura em Pedagogia e EPT	-
São Carlos - SP	VILA NERY	-	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Viradouro - SP	JARDIM DAS PALMEIRAS	-	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Votuporanga - SP	VILA MUNIZ	-	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

A consolidação das propostas pedagógicas em EaD requer, essencialmente, além da dimensão do ensino propriamente dita, a constituição de uma equipe multidisciplinar composta por docentes e técnico-administrativos que possam atuar com as atividades de tecnologia, audiovisual, design educacional, revisão,

diagramação, editoração, validação e demais atividades que envolvem o desenvolvimento de cursos a distância no IFSP, principalmente no desenvolvimento de recursos e materiais educacionais e gestão de ambientes virtuais de aprendizagem. Compreende-se os sujeitos que atuam na EaD como profissionais especialistas ou engajados na articulação entre a cultura digital, seus artefatos, linguagens e mídias e a cultura acadêmica do IFSP.

Na dimensão do ensino, as atividades docentes e atividades de tutoria, como trata o instrumento de avaliação vigente, são concebidas, no IFSP, a partir da não fragmentação da docência, ou seja, a mediação pedagógica dos cursos de EaD, quando ofertados em modelo institucional, sem fomento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou qualquer outra proposta da mesma natureza, segue a orientação estabelecida pelo Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD do CONIF, que permite ao próprio professor, como mediador pedagógico, realizar, além das atividades de tutoria, as atividades formativas, a elaboração de materiais, a regência-mediação no ambiente virtual e/ou nos espaços presenciais, quando for o caso. No contexto de cursos ofertados via fomento externo, como o UAB, a seleção de bolsistas, bem como a definição dos papéis de docência e de tutoria, são reguladas pela Resolução vigente no IFSP e pela legislação específica de cada programa.

O objetivo estratégico estabelecido para a EaD do IFSP para os próximos anos é promover a cultura digital, seus artefatos, linguagens e tecnologias, articuladamente ao ensino, à pesquisa, à extensão, à formação de servidores e à gestão acadêmica e de tecnologia da informação, ampliando a oferta de ações e cursos mediados pelas tecnologias.

Para alcançar esse objetivo estratégico, é necessário, principalmente, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Propor políticas e diretrizes de EaD para o uso das tecnologias, mídias e linguagens nos currículos, alinhando as mudanças legais à filosofia e objetivos educacionais do IFSP;
- Promover a cultura digital, integrando a educação a distância aos diversos níveis e modalidades educacionais ofertados na instituição;
- Apoiar a oferta de formação continuada aos servidores para a produção e uso de tecnologias educacionais e metodologias de EaD em suas práticas cotidianas;

- Desenvolver e fomentar a pesquisa sobre a educação a distância em suas dimensões legais, pedagógicas e culturais no âmbito do IFSP;
- Estabelecer diretrizes, com critérios técnicos, pedagógicos e de acessibilidade, para a criação e oferta de cursos on-line, abertos e massivos (MOOCs);
- Promover a ampliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a distância, visando interiorizar e democratizar o acesso à EPT, por meio de iniciativas internas e parcerias estratégicas com o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), entre outros;
- Construir estratégias para a expansão da oferta de cursos da UAB, fortalecendo a gestão do Programa, incluindo a seleção de equipe técnico-pedagógica para atendimento das demandas pedagógicas, administrativas, gerenciais e acadêmicas relacionadas aos cursos da UAB no âmbito do IFSP;
- Fortalecer a representação da EaD nas instâncias consultivas e deliberativas, ampliando as discussões sobre as políticas e a institucionalização da EaD;
- Apoiar os *campi* no planejamento e execução dos cursos a distância, na implementação da carga horária a distância em cursos presenciais e no uso de tecnologias na educação;
- Acompanhar os processos de atualização da infraestrutura tecnológica e estabelecer critérios eficientes, eficazes, economicamente viáveis e sustentáveis para a utilização de instalações e equipamentos visando ao fortalecimento da produção audiovisual nos estúdios de gravação dos *campi*;
- Apoiar os setores técnico-pedagógicos dos *campi* quanto a procedimentos específicos de EaD;
- Incentivar o uso e a produção de mídias e tecnologias assistivas para a promoção da educação inclusiva nos cursos do IFSP;
- Selecionar e capacitar profissionais para atuar com EaD no IFSP em ações e projetos ou programas especiais;
- Implementar fluxo institucional de produção de materiais e recursos educacionais digitais;
- Manter atualizados os guias orientativos, políticas de uso de ambientes virtuais de aprendizagem, manuais, normativas internas, entre outros, e disponibilizá-los na página da EaD no site institucional;

- Fomentar o uso, a pesquisa e a melhoria do ambiente virtual Moodle pelos *campi*;
- Levantar demandas de apoio ao desenvolvimento de sistemas acadêmicos alinhados com os cursos EaD;
- Apoiar o desenvolvimento da interoperabilidade entre Moodle, SUAP e SISTEC;
- Apoiar a implementação das Equipes Multidisciplinares nos *campi*;
- Ampliar as ações de integração dos estudantes da educação a distância.

1.2.5 Avaliação Institucional

As funções de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior – IES, no sistema federal de ensino, são estabelecidas pelo Ministério da Educação e são realizadas por meio de ações preventivas ou corretivas, cujo objetivo é zelar pelo cumprimento da legislação educacional em vigor e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no âmbito das instituições de educação superior, e buscarão resguardar o interesse público envolvido (PN Nº 315, 2018). O cumprimento da legislação pertinente se refere aos procedimentos de supervisão e monitoramento das IES realizadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES/MEC, e está diretamente relacionada aos resultados obtidos nos indicadores de desempenho institucional e nos conceitos atribuídos nas avaliações realizadas nas instituições e nos cursos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, estabelece os padrões de qualidade esperados e as normativas que complementam a lei e orientam as especificidades que devem ser obedecidas. A observância aos atos autorizativos para o funcionamento da IES e para a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato-sensu remete a parâmetros de qualidade que, por sua vez, estão estabelecidos nos instrumentos de avaliação do SINAES. A SERES zela para que a legislação educacional seja cumprida e para a qual o IFSP se submete. Com a premissa de induzir a elevação da qualidade do ensino, e o faz por meio da publicação de diretrizes que visam à expansão de cursos e instituições, é utilizado o sistema e-MEC para tramitar os processos de avaliação, sob a gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, responsável pela

condução das avaliações *in loco*. No que tange ao credenciamento institucional, as dez dimensões previstas no SINAES estão agora contempladas em cinco eixos, quais sejam, planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura.

O IFSP obteve o seu credenciamento presencial no ano de 2018, com Conceito Institucional - CI 4 (quatro), válido por oito anos, momento em que será novamente submetido à avaliação, corroborando com o processo de verificação institucional para garantia da qualidade da Educação no Brasil. Em 2022, o IFSP passou pela avaliação de Credenciamento na modalidade a distância, obtendo o Conceito Institucional - CI 4 (quatro), válido por 8 anos a partir da publicação da Portaria MEC. Em 2026, o IFSP deverá se submeter a novo Credenciamento presencial e as ações de preparação para a avaliação já se encontram em andamento com o acompanhamento da Pró-Reitoria de Ensino.

Em consonância com o cronograma de avaliação, disponível no sistema e-MEC, o IFSP mantém a interlocução com o MEC/SERES e o INEP, atendendo aos prazos de submissão de protocolos de Reconhecimento dos cursos não integralizados na primeira oferta e acompanham todos os processos de credenciamento, renovação de reconhecimento, extinção de curso, suspensão de oferta, entre outras ações de acompanhamento em todas as fases.

No âmbito dos cursos superiores de graduação, o IFSP possui autonomia para autorização de seus cursos, obtidos por meio da sua aprovação no Conselho Superior (CONSUP) e as avaliações acontecem para os atos regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento. As avaliações ocorrem nos cursos por meio de instrumentos específicos formados por três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Os procedimentos de avaliação externa definidos na legislação em vigor proporcionaram a oportunidade de revisão dos processos internos e, conseqüentemente, exigem do IFSP o trabalho profícuo de reflexão e adequação aos referenciais que refletem a evolução das relações sociais, econômicas, os currículos dos cursos e suas diretrizes nacionais e a normativa interna que subsidiam os *campi* na trajetória institucional de excelência acadêmica. As atualizações abrangem significativamente a educação a distância, momento em que o IFSP iniciou atividades em 2018, cuja oferta de cursos nessa modalidade se encontra agora de forma mais abrangente e tecnologicamente eficiente.

Diante da sequencialidade relativa aos pressupostos regulatórios e legais, o IFSP estabelece para o novo quinquênio os seguintes desafios no que tange às avaliações externas, geridas e acompanhadas de forma sistemática pela Diretoria de Avaliação Externa e pela Procuradoria Educacional Institucional – DAEX-PRE e PEI:

- **Objetivo estratégico: manutenção da qualidade** da educação superior, nos moldes da legislação aplicável do Ministério da Educação, **no âmbito do IFSP**, cujas ações se consolida a partir de:
 1. **Regulação, supervisão e avaliação da graduação:** acompanhar e manter os atos regulatórios exigidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES dentro dos prazos exarados pelos órgãos reguladores;
 2. **Indicadores de qualidade da oferta da educação superior:** acompanhar, em nível de graduação, dentro dos parâmetros aceitáveis os conceitos Institucional (CI); de Curso (CC); Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC); e Índice Geral de Cursos (IGC). O IGC contribui efetivamente para a manutenção da autonomia do IFSP.
 3. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE:** acompanhar as ações do sistemáticas dos Editais nos ciclos avaliativos do MEC, orientando e apoiando as ações específicas de responsabilidade do IFSP pelos coordenadores de curso e Coordenadorias de Registro Acadêmico;
 4. **Comissão Própria de Avaliação (CPA):** acompanhar os relatórios parciais e finais no que se refere aos prazos de postagem da autoavaliação institucional interna no Sistema e-MEC;
 5. **Educação Superior e/com a Educação a Distância:** aprimorar a articulação das informações que envolvem os cursos de graduação, ofertados nas modalidades presencial e a distância, no que tange aos impactos existentes nas avaliações internas e externas e em todos os setores do IFSP e sistemas em geral.

2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

2.1 POLÍTICA DE ACESSO

A sociedade brasileira é notavelmente diversa e desigual, especialmente no que concerne às identidades de gênero, etnia, cor, religião e às oportunidades de acesso aos recursos públicos e à educação. Portanto, ao considerar a democratização do acesso ao ensino público, é essencial abordar a implementação de políticas públicas de ações afirmativas que visam combater a discriminação e incluir grupos, socialmente excluídos, como a população negra e indígena, entre outros. Tais políticas buscam remediar as históricas desigualdades que perpetuam a segregação e a discriminação institucionalizada.

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 até a criação e consolidação dos Institutos Federais, a partir de 2008, passou por diferentes políticas de acesso. Concomitante a isso, ao longo das décadas, a educação brasileira foi atravessada por uma dualidade que reproduzia a separação entre trabalho manual e intelectual, como já apontado. Um dos desafios contemporâneos das instituições públicas de educação é romper com esse paradigma, a partir da efetivação do direito à educação, da igualdade de condições para o acesso e de seu alinhamento com políticas afirmativas que dialoguem com a realidade brasileira.

O direito à educação é um princípio constitucional e é um dever do Estado. Apesar dos esforços para expandir a oferta de educação profissional e tecnológica, notadamente com a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008, o acesso ainda não é universal. Por isso, são necessários processos seletivos com critérios específicos e ações afirmativas para diversificar e democratizar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua formação.

No contexto do IFSP, a seleção de estudantes para a educação pública e gratuita enfrenta desafios significativos. Como as vagas são limitadas, é crucial estabelecer critérios de seleção que levem em consideração a equidade entre estudantes de diferentes origens, bem como os objetivos da educação escolar: um

espaço onde todos têm a oportunidade de aprender, independentemente de sua experiência prévia. Consequentemente, esse princípio constitucional ainda não universalizado se depara com o desafio de conciliar mérito individual com justiça distributiva em seus processos de seleção.

A partir de 2017, os processos seletivos para os cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio do IFSP passaram a ser planejados e executados integralmente pela instituição, utilizando seus próprios recursos. Essa mudança significativa na estrutura institucional acarretou a necessidade de identificar alternativas para a verificação e validação dos candidatos, de modo a manter a objetividade, igualdade de acesso e a integridade das ações afirmativas em vigor. A instituição passou, então, a adotar a avaliação do histórico escolar do ensino fundamental como um método de seleção.

A partir do final do ano de 2021, o IFSP retomou a aplicação de provas como método de seleção, como já ocorrera em anos anteriores, mas agora com recursos próprios da instituição. Com a realização do processo seletivo totalmente internalizado, decorreu-se a constituição de comissões, que são designadas para cada processo e são encarregadas das atividades relacionadas à divulgação, confecção e diagramação das provas, bem como à aplicação dos exames, entre outras tarefas pertinentes a um processo seletivo.

Com relação aos cursos Superiores de Graduação, o IFSP realiza dois processos de seleção por ano. Entre as modalidades de seleção adotadas, temos o SISU – Sistema de Seleção Unificada, e também a possibilidade de realização de um processo seletivo próprio, baseado na melhor média das últimas cinco edições do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Nesse último caso, os candidatos têm a oportunidade de concorrer às vagas ofertadas pela instituição, utilizando como critério sua melhor média final obtida em uma das cinco últimas edições do ENEM.

No ano de 2022, o IFSP passou a fazer uso de um novo sistema acadêmico para o controle dos processos seletivos dos estudantes inscritos em cursos técnicos e superiores de graduação. Nesse novo sistema, os estudantes passaram a ter a opção de efetuar o pagamento da taxa de inscrição por PIX e cartão de crédito, deixando de ser restrito à Guia de Recolhimento de Receitas da União (GRU). Em decorrência dessa mudança, o número de candidatos inscritos nos processos

seletivos cresceu consideravelmente.

Adicionalmente, no ano de 2022, a instituição começou a conduzir a seleção unificada para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT/PROEJA) e para as vagas remanescentes a partir do segundo período letivo, dos cursos técnicos e superiores de graduação.

Também nesse ano, foi implantada a banca de heteroidentificação, que passou a ser integrada aos processos seletivos dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, tornando as ações afirmativas mais eficazes.

No ano de 2023, a instituição implementou uma mudança significativa em sua estratégia de divulgação do processo seletivo, passando a fazer uso extensivo de publicidade paga nas redes sociais. Essa abordagem resultou em um aumento notável no número de candidatos inscritos nos processos seletivos para os cursos técnicos.

Ações Futuras

Para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2024-2028, espera-se expandir o número de candidatos participantes nos processos seletivos dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, por meio da antecipação e intensificação da utilização de diferentes estratégias de publicidade nas redes sociais.

A meta primordial da Instituição é implementar processos de seleção para os cursos técnicos que sejam altamente eficientes e eficazes, minimizando os ônus para a administração pública - podendo realizá-los internamente ou terceirizar o processo.

Com o intuito de promover a equidade e inclusão, almeja-se expandir as reservas de vagas para grupos menos favorecidos, como travestis, transexuais e transgêneros e quilombolas, fortalecendo ainda mais nossas ações inclusivas.

Outro foco das ações relativas ao acesso é tornar o processo de seleção mais inclusivo desde o início até o fim, permitindo a inclusão de estudantes com deficiência já no momento de ingresso. Isso garantirá que todos os candidatos tenham acesso equitativo às oportunidades educacionais oferecidas.

Adicionalmente, pretende-se expandir as ferramentas digitais disponíveis para

coletar dados mais abrangentes sobre os processos seletivos em andamento. Isso proporcionará informações valiosas que poderão embasar decisões mais precisas e estratégicas para os anos seguintes.

2.2 APOIO À PERMANÊNCIA E ÊXITO

2.2.1 Política de Assistência Estudantil (PAE)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por meio da Resolução nº 41/2015 - Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE) e da Resolução nº 42/2015 - Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE), regulamentou a Política de Assistência Estudantil (PAE) que é orientada pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto n. 7234/2010, devendo atender a todos os níveis e modalidades de cursos presentes na Educação Profissional Científica e Tecnológica, compreendendo:

- 1. prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, visando à formação integral do estudante;
- 2. respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e a permanência e convivência escolar e comunitária;
- 3. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência estudantil;
- 4. incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

A PAE no IFSP, em consonância com o PNAES, se figura como uma política institucional de afirmação do direito social à educação e tem por objetivos: a) democratizar as condições de permanência dos estudantes na educação profissional e tecnológica; b) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na

permanência e êxito no âmbito da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades ofertadas; c) contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e atuar preventivamente nas situações de retenção e evasão; e d) colaborar para a formação integral dos estudantes na perspectiva de cidadania.

As ações da PAE são compreendidas em três programas:

1) **Programa de Auxílio Permanência**, em que são compreendidas as áreas seguintes áreas de assistência estudantil : alimentação, apoio didático-pedagógico, creche (apoio a estudantes mães e pais), moradia, saúde e transporte;

2) **Programa de Ações Universais**, em que são desenvolvidas ações e atividades nas áreas: acesso e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, cultura, esporte e inclusão digital;

3) **Programa de Apoio ao Estudante do PROEJA**, responsável por destinar auxílio financeiro para custeio de alimentação e transporte a todos os estudantes de cursos PROEJA devidamente matriculados e frequentes no IFSP.

Atualmente, a gestão da PAE está lotada na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET), ligada ao Gabinete do IFSP. Nos câmpus, a execução das ações da PAE, em geral, encontram-se situadas no âmbito das Coordenadorias Sociopedagógicas. A Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE), composta por membros de todos os câmpus, é o órgão colegiado propositivo e consultivo de Assistência Estudantil, responsável por auxiliar a reitoria do IFSP na implementação, regulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da PAE no IFSP.

Após mais de 13 anos de execução de ações do PNAES no IFSP e após o atravessamento de uma pandemia global que incitou reflexões no processo de ensino-aprendizagem e acesso-permanência dos estudantes do IFSP, são diversos os desafios que se impõe à Política de Assistência Estudantil no IFSP. Destacamos alguns deles a partir da apresentação de temas estratégicos, metas e indicadores que noretarão o trabalho de setores relacionados à PAE no próximo quadriênio:

Plano de Metas para a Política de Assistência Estudantil do IFSP - PDI-2024-2028

	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis
1	Atualizar os documentos institucionais sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE)	Finalizar o processo de revisão das Resoluções n. 41 e n. 42/IFSP/2015 até o ano de 2024.	Documentos atualizados sobre a Política de Assistência Estudantil que remetam às Resoluções n. 41 e n. 42/IFSP serão publicados no ano de 2024. Fonte: Publicações de novas resoluções no âmbito da Política de Assistência Estudantil no IFSP Meta: Atualizar os instrumentos normativos da Política de Assistência Estudantil	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade e do IFSP
2	Melhorias no Módulo de Atividades Estudantis, que gerencia fluxos e procedimentos da Política de Assistência Estudantil, no Sistema Único de Administração Pública (SUAP)	Estabelecimento de ajustes, melhorias e novas funcionalidades no Módulo de Atividades Estudantis, especialmente, após a aprovação dos novos documentos norteadores da Política de Assistência Estudantil (PAE) no IFSP.	Melhorias no sistema e instalação de novas ferramentas e funcionalidades. Fonte: Relatório do Suporte TI com as modificações realizadas Meta: Melhorias no módulo de Atividades Estudantis- SUAP	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Diretoria de Sistemas da Informação (DSI-PRD); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade e do IFSP
3	Atendimento de estudantes no Programa de Auxílio Permanência (A)	Acompanhar progressivamente o número de estudantes atendidos pelo Programa de Auxílio Permanência (PAP).	Acompanhamento da meta física de execução da Ação 2994; Criação de indicadores que avaliem durante o quadriênio 2024-2028 a razão entre o número de estudantes atendidos por campi/total de estudantes matriculados por campi *100, conforme a fórmula: $\%AtendPAP = \left(\frac{\text{estudantes atendidos}}{\text{Total matriculados}} \right) \times 100$ A partir do número obtido será realizada a análise qualitativa a respeito: a) da existência de listas de espera nos processos do PAP b) de processos de reclassificação e/ou renovação de estudantes já atendidos pelo PAP; c) manutenção e/ou ampliação de valores dos auxílios estudantis pagos aos estudantes. Variáveis: 01-Número de estudantes atendidos pelo PAP por campi;	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Pró-Reitoria de Administração; Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade e do IFSP

			<p>02- Número de estudantes matriculados por campi;</p> <p>03- Listas de Espera do PAP nos campi; Processos de Renovação/Reclassificação nos campi; Manutenção e/ou ampliação de valores dos auxílios estudantis pagos aos estudantes.</p> <p>Fontes: Módulo de Atividades Estudantis-SUAP, Módulo Ensino, Plataforma Nilo Peçanha, Editais do PAP dos campi.</p>	
4	Atendimento de estudantes no Programa de Auxílio Permanência (B)	Acompanhar progressivamente o número de estudantes atendidos pelo Programa de Auxílio Permanência (PAP).	<p>Acompanhamento da meta física de execução da Ação 2994; Criação de indicador que avalie durante o quadriênio 2024-2028 a razão entre o número de estudantes atendidos por campi/total de estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo por campi *100, conforme a fórmula:</p> $\%AtendPAP = \left(\frac{\text{estudantes atendidos}}{\text{estudantes até 1,5SM}} \right) \times 100$ <p>A partir do número obtido será realizada a análise qualitativa a respeito:</p> <p>a) da existência de listas de espera nos processos do PAP b) de processos de reclassificação e/ou renovação de estudantes já atendidos pelo PAP; c) manutenção e/ou ampliação de valores dos auxílios estudantis pagos aos estudantes.</p> <p>Variáveis: 01-Número de estudantes atendidos pelo PAP por campi;</p> <p>02- Número de estudantes matriculados por campi;</p> <p>03- Listas de Espera do PAP nos campi; Processos de Renovação/Reclassificação nos campi; Manutenção e/ou ampliação de valores dos auxílios estudantis pagos aos estudantes.</p> <p>Fontes: Módulo de Atividades Estudantis-SUAP, Módulo Ensino, Plataforma Nilo Peçanha e Editais do PAP dos campi.</p>	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAESTRET); Pró-Reitoria de Administração (PRA); Comissão Central e Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade do IFSP

5	Caracterização Socioeconômica no SUAP	Criar estratégias para o preenchimento da Caracterização Socioeconômica pelos estudantes no SUAP	<p>Universalizar o preenchimento da Caracterização Socioeconômica pelos estudantes do IFSP.</p> <p>Variável: número de estudantes que realizaram a caracterização socioeconômica no SUAP</p> <p>Fonte: Módulo Ensino e Atividades Estudantis no SUAP</p> <p>Meta: Universalizar o preenchimento de caracterização socioeconômica</p>	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Pró-Reitoria de Ensino; Diretoria de Sistemas da Informação (DSI-PRD); Comissão Central e Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade do IFSP
6	Adequação dos valores dos auxílios estudantis atualmente pagos pelo Programa de Auxílio Permanência (PAP) (C)	Criação de um documento-base com valores mínimos e/ou referenciais para os principais auxílios concedidos pelo Programa de Auxílio Permanência: auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio moradia.	<p>Valores pagos pelos auxílios que estejam atualizados com os custos de moradia, alimentação e transporte nas cidades em que estão instalados os campi do IFSP.</p> <p>Questões referentes à efetividade dos auxílios pagos serão incluídas nos instrumentais de avaliação da Política de Assistência Estudantil.</p> <p>Fonte: Documento-base que será criado pelos campi com os custos médios de moradia, alimentação e transporte.</p> <p>Variáveis: 01- custos médios do município de cada câmpus do IFSP; 02- valores dos auxílios pagos pelos campi; 03- Instrumentais de avaliação da Política de Assistência Estudantil</p> <p>Meta: Aproximar os valores dos auxílios pagos aos estudantes com os custos médios do município em que o campus se instala. Avaliar a efetividade dos valores dos auxílios pagos a partir da perspectiva estudantil.</p>	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Comunidade do IFSP
7	Construção de referenciais de equipe técnica de atendimento aos estudantes nas Coordenadorias Sociopedagógicas.	Construção de um estudo e documento de referência em que seja evidenciada a necessidade do número de profissionais que atuam na PAE de acordo com o número de estudantes matriculados em cada câmpus.	<p>Produção de documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a PAE proporcionalmente ao número de estudantes matriculados em cada câmpus.</p> <p>Fonte: Documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a PAE.</p> <p>Variáveis: 01- Número de TAES que trabalham com a PAE em cada câmpus; 02- Número de estudantes matriculados em cada câmpus.</p> <p>Meta: Aproximar o número de TAES atuando na PAE, conforme a proporcionalidade proposta pelo documento técnico.</p>	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP-

				PRD) Coordenadorias Sociopedagógicas; Comunidade do IFSP
8	Construção de referenciais de equipe técnica responsável pelas ações da PAE na reitoria.	Construção de um estudo e documento de referência em que sejam evidenciados a necessidade do número de profissionais que atuam na PAE de acordo com o número de câmpus do IFSP	Produção de documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a PAE na reitoria proporcionalmente ao número de câmpus. Fonte: Documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a PAE Variáveis: 01- Número de TAES que trabalham com a PAE na reitoria; 02- Número de campi existentes no IFSP. Meta: Aproximar o número de TAES atuando na PAE, conforme a proporcionalidade proposta pelo documento técnico.	Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP-PRD) Coordenadorias Sociopedagógicas; Comunidade do IFSP

2.2.2 Alimentação e Nutrição no IFSP

A alimentação adequada é um direito positivado internacionalmente pelos diplomas legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), os quais consideram a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal do Brasil (1988), devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promovê-la. No Brasil, no tocante à alimentação escolar, há um cabedal de institutos garantidores e regulamentadores, tais como:

1. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), inciso VIII, art. 4º, que postula que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento

ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, Art. 4, que estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

3. A Portaria Interministerial No 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional;

4. A Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da Educação Básica; e

5. O Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

No âmbito do Ensino Superior, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, objetiva ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal. Embora não trate exclusivamente sobre ações de alimentação, menciona-a como uma das áreas a ser contemplada com ações que democratizem as condições de permanência, bem como reduzam as taxas de retenção e evasão, de jovens estudantes do ensino superior federal (BRASIL, 2010). Especificamente no IFSP, o PNAES é regulamentado pelas Resoluções nº 41 e 42, ambas de 2 de junho de 2015, as quais normatizam a alimentação como uma das áreas do Programa Auxílio Permanência.

A alimentação escolar é compreendida como “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2009) e tem por objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e, sobretudo, para a permanência e êxito dos estudantes da Educação Básica. A alimentação escolar constitui-se, ainda, como instrumento de apoio e incentivo às práticas alimentares saudáveis, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, a qual deve ocorrer de forma contínua e permanente (BRASIL, 2009).

Isso posto, entende-se que o direito ao acesso à educação perpassa por outros direitos fundamentais, dentre eles a alimentação. É necessário buscar meios para garantir a oferta de alimentação escolar adequada e saudável, seguindo os critérios e diretrizes já estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando garantir:

- Universalidade do atendimento a todos os estudantes matriculados na educação básica, inclusive a Educação de Jovens e Adultos;
- Oferta de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias

quando ofertada uma refeição, para os alunos matriculados na Educação Básica, em período parcial;

- Oferta de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos matriculados em tempo integral, que se refere à permanência mínima de 7h00 (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC e;
- Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Em 2020, houve a divulgação de um novo ato normativo para o programa, a Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, revogando então as Resoluções CD/FNDE 26/2013, 4/2015, 1/2017 e 18/2018. Esta nova resolução altera algumas importantes ações de gestão do programa e, ao mesmo tempo, consolida regras estabelecidas em resoluções anteriores; além disso, tem como maior ponto positivo a reafirmação das diretrizes da alimentação escolar estabelecidas na Lei nº 11.947/2009, que estão voltadas ao emprego da alimentação saudável e adequada, à universalidade da educação alimentar, à utilização de alimentos variados, tendo em vista garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, de forma igualitária e com respeito às diferenças biológicas entre idades e condições de saúde.

Já no ano de 2023, foi aprovada a Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar do IFSP, que tem como objetivos assegurar o acesso permanente e regular de alimentação aos estudantes em período escolar; promover ações de Educação Alimentar e Nutricional; orientar as ações de alimentação e nutrição; além de minimizar os efeitos das desigualdades que possam comprometer a permanência dos estudantes em todos os níveis de escolaridade.

A partir do ano de 2016, com a liberação dos códigos de vaga, foi possível a realização de concurso público para provimento de cargos, e deste modo, foram nomeados até o momento 14 nutricionistas, sendo 13 nos *campi* e 1 na Reitoria. Vale ressaltar que com a formação do quadro técnico, o IFSP começa o planejamento do PNAE, e, atualmente, executa-se mais de 99% dos valores recebidos pelo programa, porém o número de profissionais da Nutrição ainda está bem abaixo do ideal, com apenas 31,7% de *campi* com nutricionistas.

No âmbito dos Institutos Federais, a grande maioria dos *campi* compõe o recurso destinado à alimentação por meio de três fontes orçamentárias distintas: os recursos financeiros próprios do *campus*, a verba proveniente da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) e o PNAE como complemento (dada a característica complementar do programa). No IFSP, as principais ações orçamentárias para a alimentação são provenientes do PNAES, ação 20RL, PNAE e uma pequena porcentagem de emendas parlamentares (MAGALHÃES, 2022). É importante considerar as diversas fontes de recursos e como forma de fomentar a produção local, principalmente a agricultura familiar, do orçamento destinado a compra de gêneros alimentícios 30% devem ser destinados para a aquisição deste tipo de produção, por meio de Chamadas Públicas, atendendo o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei Nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Uma avaliação dos cardápios do ano de 2019 utilizando uma ferramenta disponibilizada pelo FNDE (IQ Cosan) indicou que 80% dos cardápios do IFSP necessitavam de melhorias ou estavam inadequados (MAGALHÃES, 2022).

Diante deste arcabouço legal, foram estabelecidos temas estratégicos e metas

para a contínua melhoria do panorama da alimentação escolar no IFSP.

Tema estratégico	Meta	Indicador	Setor responsável
Aprimoramento da oferta e da qualidade da alimentação	1. Ofertar alimentação gratuita a todos ² os estudantes da Educação Básica em todos os dias letivos.	<p>Porcentagem de oferta de alimentação regular a todos estudantes da Educação Básica - %ORA</p> $\%ORA = \left(\frac{n^{\circ} DORA}{dias\ letivos} \right) \times 100$ <p>Variáveis:</p> <p>nº DORA: número de dias em que foi ofertada alimentação a todos os estudantes da Educação Básica.</p> <p>Dias letivos: total de dias letivos do período.</p> <p>Fonte: relatório de execução semestral Alimentação Estudantil.</p> <p>Meta: aumento de, pelo menos, 50% em relação ao período do PDI anterior até o final da vigência do segundo ano do PDI 2024-2028.</p>	Gestão do <i>campus</i>
	2. Melhorar qualidade dos cardápios servidos nos <i>campi</i> do IFSP.	<p>Pontuação da ferramenta IQCosan</p> <p>Fonte: A ferramenta IQCosan é disponibilizada no <i>site</i> do FNDE para análise qualitativa dos cardápios da Educação Básica conforme as legislações vigentes do PNAE. As Comissões Especiais de Compras e Acompanhamento das Ações de Alimentação Escolar de cada <i>campus</i> receberão um treinamento desenvolvido pelo Corpo Técnico de Nutricionistas do IFSP para manusearem a ferramenta e realizarem a análise do cardápio. Tal análise fará parte do relatório de execução semestral do PNAE, o</p>	Nutricionista ou Comissão Especial de Compras e Acompanhamento das Ações de Alimentação Escolar do <i>campus</i>

² Considera-se, de acordo com a Lei nº 11.947, que a oferta de alimentação gratuita seja regular e em quantidade suficiente para atender a todos os estudantes da Educação Básica. Assim, ao contabilizar os dias de oferta regular, deve-se considerar os dias em que o *campus* conseguiu ofertar alimentação em quantidade suficiente para que todos os estudantes pudessem realizar aquela refeição caso quisessem. Ou seja, este indicador não considera, diretamente, o número de refeições servidas por dia, mas sim a capacidade do *campus* em oferecer alimentação gratuita a todos os estudantes da Educação Básica.

		<p>qual todos os <i>campi</i> enviarão à DAEst ou setor equivalente.</p> <p>Meta: pontuação igual ou superior a 76.</p>	
<p>Aprimoramento da oferta e da qualidade da alimentação</p>	<p>3. Ampliar aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar através do PNAE</p>	<p>Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE - %CAF PNAE</p> $\%CAF\ PNAE = \left(\frac{VAF\ PNAE}{Tot\ PNAE} \right) \times 100$ <p>Variáveis:</p> <p>VAF PNAE: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE.</p> <p>Tot PNAE: total da verba do PNAE executada.</p> <p>Fonte: relatório anual de execução do PNAE e Planilha Anual de Execução Geral da Despesa - PNAE da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF).</p> <p>Meta: no mínimo 30% anualmente, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2028.</p>	<p>Comissão Especial de Compras e Acompanhamento das Ações de Alimentação Escolar do <i>campus</i> e Comitê de Alimentação Escolar</p>
	<p>4. Ampliar aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar através de outros recursos com base no PAA.</p>	<p>Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados por outros recursos - %CAF OREC</p> $\%CAF\ OREC = \left(\frac{VAF\ OREC}{Tot\ Alim} \right) \times 100$	

		<p>Variáveis:</p> <p>VAF OREC: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados por outros recursos.</p> <p>Tot PNAE: total da verba gasta com alimentos.</p> <p>Fonte: relatório anual de execução do PAA</p> <p>Meta: no mínimo 30% anualmente, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2028</p>	
<p>Melhoria da estrutura física dos serviços de alimentação e nutrição</p>	<p>1. Disponibilizar espaços adequados para o consumo, preparo e/ou armazenamento de refeições aos discentes em todos os <i>campi</i>.</p>	<p>Porcentagem de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação - %DEF</p> $\%DEF = \left(\frac{n^{\circ} DEF}{Tot\ camp\ i} \right) \times 100$ <p>Variáveis:</p> <p>n° DEF: número de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação.</p> <p>Tot <i>campi</i>: número de <i>campi</i> do IFSP em funcionamento.</p> <p>Fonte: relatório anual de execução da Alimentação Estudantil e IN sobre armazenamento.</p> <p>Meta: 100% até o final do segundo ano de vigência do PDI 2024-2028.</p>	<p>Pró-Reitoria de Administração - Diretoria de Infraestrutura e Expansão, DAEst e Gestão do <i>campus</i></p>
	<p>1. Inclusão da EAN como tema transversal nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos</p>	<p>Porcentagem de PPCs que abordam EAN - %EAN PPC</p> $\%EAN\ PPC = \left(\frac{PPC\ c/ EAN}{Tot\ PPC} \right) \times 100$	<p>Pro-Reitoria de Ensino (Diretoria de Educação Básica), DAEst, Diretoria Adjunta Educacional do <i>campus</i> ou setores correlatos</p>

Consolidação de ações de Educação Alimentação e Nutrição (EAN) e atendimento de necessidades alimentares especiais	da Educação Básica.	<p>Variáveis:</p> <p>PPC c/ EAN: número de PPCs que abordam EAN em ao menos duas disciplinas³.</p> <p>Tot PPC: número total de PPCs.</p> <p>Fonte: Leis 11947 e 13.666, além do questionário a ser enviado para a Pró-Reitoria de Ensino e para as Diretorias Adjuntas Educacionais.</p> <p>Meta do IFSP: no mínimo 30% até o final da vigência do PDI 2024-2028.</p>	
	2. Execução de atividades de EAN ⁴ durante o ano	<p style="text-align: center;">Índice de Atividades de EAN - Ind EAN</p> $Ind\ EAN = \left(\frac{n^{\circ}\ campi\ EAN}{Tot\ campi} \right) \times 100$ <p>Variáveis:</p> <p>nº campí EAN: número de <i>campi</i> que executaram atividades de EAN no período.</p> <p>Tot campí: número de <i>campi</i> do IFSP em funcionamento.</p> <p>Fonte: relatório anual do NEAN.</p> <p>Meta: no mínimo 30% até o final do segundo ano de vigência do</p>	Coordenação de cursos do <i>campus</i> , CSP, PRÉ, DAEst

³ Para que o tema de Educação Alimentar e Nutricional seja considerado transversal, conforme Lei 13.666/2018, deverá perpassar ao menos 2 disciplinas de cada curso da Educação Básica.

⁴ Entende-se por atividades de EAN as ações educativas com o tema de alimentação e nutrição desenvolvidas pela escola com a finalidade pedagógica, tais como: horta, roda de conversa, palestras, apresentação de alimentos, contação de histórias, oficina culinária, degustação de alimentos, socialização e exploração do cardápio escolar, planejamento e organização do espaço do refeitório, visita a feiras e sacolões e também a inclusão deste tema nos projetos político-pedagógicos dos câmpus (PPP) e projetos pedagógicos de curso (PPC).

		PDI 2024/2028.	
<p>Construção de referenciais de equipe técnica responsável pelas ações da Alimentação Estudantil na reitoria.</p>	<p>1. Construção de um estudo e documento de referência em que sejam evidenciados a necessidade do número de profissionais que atuam na Alimentação Estudantil de acordo com o número de câmpus do IFSP</p>	<p>Produção de documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a Alimentação Estudantil na reitoria proporcionalmente ao número de câmpus. Fonte: Documento técnico a respeito da relação do número de TAES que trabalham com a Alimentação Estudantil Variáveis: 01- Número de TAES que trabalham com a Alimentação Estudantil na reitoria; 02- Número de campi existentes no IFSP. Meta: Aproximar o número de TAES atuando na Alimentação Estudantil, conforme a proporcionalidade proposta pelo documento técnico.</p>	<p>Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEST-RET); Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE); Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP- PRD) Coordenadorias Sociopedagógicas; Comunidade do IFSP</p>

2.2.3 Programa de Bolsas

Com base na lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o IFSP criou, por meio da Resolução nº 568, de 5 de abril de 2012, o Programa de Bolsas destinado aos discentes regularmente matriculados em cursos ou programas na instituição, mantido com recursos orçamentários próprios. O Programa contempla três modalidades de bolsas: Bolsa de Ensino, Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica e Bolsa de Extensão.

Bolsa Discente – Modalidade Ensino

O Programa de Bolsas de Ensino, regulamentado pela Portaria nº 1254, de 27 de março de 2013, visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e de projetos de estudos que contribuam para a formação integral e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação. A Bolsa de Ensino oferece ao estudante oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, interagindo com os docentes, por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos regulares e de apoio aos demais discentes do IFSP.

Cabe à cada *campus* do IFSP destinar bolsas de ensino a serem concedidas aos alunos regularmente matriculados na unidade, definir o quantitativo de bolsistas por área/curso e para os projetos coletivos que envolvem mais de uma disciplina, bem como organizar e divulgar os processos de seleção de projetos e de bolsistas. Além dos projetos ofertados pelos *campi*, a Pró-reitoria de Ensino fomenta o desenvolvimento de projetos de ensino por meio de editais específicos.

Ações Futuras

Certos da contribuição da Bolsas de Ensino para a qualidade de ensino e da aprendizagem, busca-se a ampliação do número de bolsas destinadas ao ensino e desenvolvimento de um módulo no sistema acadêmico, que possibilite desde a apresentação dos projetos até a certificação dos professores orientadores e bolsistas, facilitando o acompanhamento das ações.

Obs.: as demais modalidades de bolsas estão descritas ao longo das seções do PDI.

2.2.4 - CIPEE (Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes)

Compreende-se que as políticas de democratização do acesso devem ser acompanhadas de uma reflexão sobre o atendimento à diversidade, a qualidade de ensino, a permanência e o êxito dos estudantes no percurso formativo. Assim, conforme as orientações MEC/Sistec (Portaria nº 3.528/2015, e complementos) e com o objetivo de articular e acompanhar a implementação de políticas institucionais que promovam a permanência e o êxito dos estudantes do IFSP, foi constituída, desde 2015, a Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIPEE). Composta por gestores de ensino, coordenadores de curso e equipe técnico-pedagógica e de assistência estudantil, entre outros profissionais, a comissão vem buscando compreender os principais fatores que levam a esse evento, bem como estratégias para a superação desse desafio institucional.

À CIPEE compete examinar as taxas de evasão, retenção e conclusão em seu conjunto, organizar a análise dos fatores que levam ao êxito ou à desistência dos cursos e acompanhar em conjunto com os *campi* a implementação de ações relacionadas à permanência e êxito dos estudantes na instituição. Nos *campi*, cabe à Comissão Local de Permanência e Êxito dos Estudantes elaborar diagnósticos qualitativos e quantitativos sobre os cursos ofertados pela unidade, orientar e acompanhar a implementação de ações administrativas e pedagógicas voltadas para a permanência e êxito dos estudantes, monitorar os resultados dessas ações e propor mecanismos para a sua divulgação.

Ações Futuras

A fim de subsidiar e fortalecer o trabalho da CIPEE e das Comissões Locais, busca-se a construção de orientações para levantamento e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre permanência e êxito nos cursos, bem como para a construção, monitoramento e avaliação das ações de intervenções (Plano Estratégico Institucional); o desenvolvimento das funcionalidades do sistema acadêmico visando

possibilitar o acompanhamento de toda movimentação acadêmica dos estudantes (transferências, trancamentos, evasão, desligamentos, certificação, integralização, estágio, notas e frequência), bem como a emissão de relatórios.

2.2.5 – Política de Formação Continuada de professores do IFSP

Como parte das ações com foco na qualidade do ensino e da aprendizagem e na permanência e êxito dos estudantes, também foi instituída em 2015 a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP, por meio da Resolução nº 138, de 08 de dezembro de 2015. A Política constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos professores da instituição, estabelecendo a reflexão sobre o trabalho educativo na realidade institucional, sua complexidade e suas necessidades, a ressignificação das relações educativas nesta instituição e a valorização dos saberes docentes.

Nessa Política, concebe-se o *campus* como local privilegiado da formação continuada dos professores, considerando o estabelecimento de discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico com base na realidade de trabalho e nas demandas dos docentes e de um processo interativo e reflexivo voltado para a resolução de problemas reais. A formação continuada *in loco* considera, ainda, a colaboração entre os sujeitos envolvidos em um mesmo contexto de trabalho pedagógico, o princípio da ação-reflexão-ação e a construção coletiva de novos saberes para a profissão docente. As ações de formação continuada *in loco* são desenvolvidas pela Equipe de Formação Continuada de cada *campus*, constituída por professores e técnicos-administrativos.

Ações Futuras

Com o intuito de consolidar e ampliar as ações relacionadas à Formação Continuada de Professores no âmbito do IFSP, busca-se o fortalecimento das Equipes de Formação Continuada, por meio da constituição de espaços de troca de experiências, reflexão e construção coletiva de saberes e práticas sobre a formação continuada de professores, bem como a consolidação dos espaços formativos nos campi, por meio dos encontros formativos com as equipes locais com foco na

constante melhoria do processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional.

2.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A Organização Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP é regida pelas Leis nº 7.395/85 e 7.398-/85 e pelo Regimento-Geral do IFSP, que assegura aos discentes o direito a organização em Centros Acadêmicos, Diretório Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Associações Atlético Acadêmicas no âmbito dos câmpus e em um Diretório Central Estudantil em âmbito institucional.

I - Centros Acadêmicos – CA

Os Centros Acadêmicos são representações estudantis de um determinado curso superior, ou grupo de cursos, que têm como objetivo final o diálogo com a Administração do Câmpus e Municipal a fim de garantir uma melhora na qualidade de vida do discente durante toda a sua vida acadêmica.

II - Diretórios Acadêmicos – DA

Os DAs, assim como os Centros Acadêmicos, são representações estudantis de todos os cursos superiores em andamento do câmpus. Semelhante aos CAs, os Diretórios devem dialogar com as Administrações do Câmpus e Municipal a fim de garantirem benefícios a toda a comunidade acadêmica, representando os estudantes de cada instituição de ensino nos fóruns gerais do movimento estudantil.

III - Grêmios Estudantis – GE

Os GEs são representações dos alunos do ensino técnico de nível médio que possibilitam as discussões sobre os problemas gerais ou específicos das instituições de ensino, desenvolvendo as lutas dos estudantes, assim como promovendo sua interação por meio de atividades culturais e acadêmicas. O grêmio estudantil representa os estudantes de cada câmpus nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista.

IV - Associação Atlético Acadêmicas – AAA

As AAAs, diferentemente dos outros órgãos, não são órgãos de representação

estudantil, mas sim entidades culturais e esportivas. As atléticas são responsáveis pela organização de eventos culturais, como shows, mostras culturais, entre outras coisas e também pelos esportes nos câmpus, como por exemplo, torneios interclasses, campeonatos esportivos.

V - Diretório Central Estudantil – DCE

O DCE Diretório Central dos Estudantes-DCE é a entidade representativa dos estudantes de uma Instituição de Ensino Superior. O DCE congrega vários Centros Acadêmicos (CAs) em diferentes espaços de discussão e decisão; foi instituído no I - Congresso Estudantil do IFSP, que ocorreu no Campus Avaré em 2022.

Sendo assim, vale ressaltar o entendimento institucional acerca de cada um dos órgãos de participação estudantil como espaço de discussão e disputa, no campo democrático, para a defesa e promoção dos direitos e anseios dos estudantes desta instituição. Como premissa do Movimento Estudantil (ME), as representações devem ser independentes da gestão da Instituição, para que possam ter autonomia para propor suas pautas diante da Gestão da Instituição.

Plano de Metas para a Organização estudantil do IFSP - PDI-2024-2028				
	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis
1	Rede de organizações estudantis no IFSP	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento das Entidades Estudantis existentes no IFSP Fomentar a rede colaborativa entre as Entidades Estudantis 	Banco de dados a ser construído	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET);Diretório Central dos Estudantes-DCE
2	Diretórios ou Centros Acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar e apoiar a criação de novos DAs e CAs por campus. 	Elevar em 50% o número de DA's e CA's em cada campus	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET) e os campi
3	Grêmios Estudantis	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar e apoiar a criação de novos Grêmios Estudantis 	Cada campus do IFSP possa contar com o seu Grêmio Estudantil	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET) e os campi

4	Atléticas	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar e apoiar a criação de novas Atléticas 	que cada campus do IFSP possa contar com a sua Atlética	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET) e os campi
5	Congresso Estudantil do IFSP (CONEST-IFSP)	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a realização Congresso Fomentar e fortalecer a rede de organizações estudantis do IFSP Proporcionar a discussão sobre assuntos estudantis 	CONEST-IFSP que será realizado a cada biênio	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET) e os campi

2.4 ESTÁGIO

Os estágios fazem parte da Política de Atendimento ao Discente e seu objetivo é o atendimento às diretrizes nacionais que regulamentam a educação básica e superior no que se refere ao desenvolvimento de atividades profissionais supervisionadas, a serem desenvolvidas ao longo do curso, que possibilitem a vivência das práticas educativas em campo.

Ações futuras

Visando ao fomento da política de estágio, pretende-se realizar encontros anuais presenciais/remotos com os setores responsáveis pelo estágio dos *campi* do IFSP, para formação e troca de experiências, além de estabelecer uma rotina comum de procedimentos. Busca-se ainda promover fóruns anuais, com o objetivo de reafirmar a importância do estágio na trajetória e formação do discente, propiciar um ambiente de troca de experiências e estabelecer uma rede de relacionamentos, incluindo o setor produtivo das diversas áreas de atuação dos cursos do IFSP. Por fim, desenvolver atividades com os(a) docentes orientadores de estágio, para aprimorar o cumprimento das atribuições definidas no Regulamento de Estágios do IFSP.

2.5 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO IFSP

O compromisso de uma instituição de educação com o estudante não termina quando ele se forma. Se uma das funções do IFSP é inserir na sociedade diplomados

aptos para o exercício profissional, deve ter ele retorno quanto à qualificação para o trabalho que tem oferecido (Louzada e Martins, 2005, p.74). Assim, manter o vínculo com os egressos é fundamental. Pensando nisso, a Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis - Daest, junto com outros membros de outras pró-reitorias e de servidores dos câmpus, continuará desenvolvendo uma sistemática de acompanhamento de egressos.

Considera-se egresso o estudante que tenha concluído qualquer curso de elevação de escolaridade ofertado pelo IFSP, nas modalidades presencial ou a distância.(Resolução Normativa nº 13/2022)

Diagnóstico

A fim de concretizar os compromissos firmados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, a Pró-Reitoria de Extensão do IFSP se empenhou em aprimorar e criar mecanismos para o acompanhamento dos egressos do IFSP. Para isso, entre 2014 e 2015, foi realizado um diagnóstico das ferramentas que o IFSP dispunha. Notou-se que, além do breve formulário disponibilizado no site do IFSP, algumas outras ações pontuais foram desenvolvidas, entretanto, não apresentaram avanços significativos.

Dentre as metas postas no PDI 2024-2028 em relação ao acompanhamento de egresso, observa-se que algumas escapam da alçada da DAEst e, apesar de acontecerem de forma espontânea nos câmpus, não contaram com apoio institucional sistematizado. Exemplo disso são os encontros periódicos de egressos e a criação de grupos em redes sociais.

Assim, considerando as experiências anteriores, buscar-se-á, nos próximos anos, aproximar planejamento e execução por meio da elaboração e do desenvolvimento do Programa de Acompanhamento de Egressos, planejamento estratégico institucional para se atingir as metas a seguir elencadas, com ampla participação dos câmpus.

A Política de Acompanhamento de Egressos (PAEg), aprovada por meio da Resolução Normativa nº 13/2022, em 1 de novembro de 2022, tem por objetivo orientar ações voltadas para o processo de conhecimento, avaliação, monitoramento e acompanhamento da Instituição, tendo como foco o egresso e a sua realidade social,

profissional e acadêmica, a fim de subsidiar o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Vale ressaltar que o processo de construção da PAEG foi iniciado pela PRX; contudo, no percurso elaborativo a DAEST foi convidada a participar, e a partir disso foi verificada a aderência da temática em questão com a Diretoria, e de modo conjunto foi estabelecido o reordenamento de ações pela Reitoria, ficando a DAEST com a responsabilidade de desenvolver os trabalhos relativos ao acompanhamento dos estudantes egressos da Instituição.

A fim de garantir a construção coletiva e a exequibilidade do Programa de acompanhamento de Egressos do IFSP, foi criado o Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos vinculado à DAEST que apresentam-se a seguinte meta:

Criar Comitês Locais de Acompanhamento de Egressos vinculados a DAEST e com as Coordenadorias de Extensão, sendo o Comitê Permanente responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP que deverá estar em consonância com as metas apresentadas neste documento.

A execução do programa se dará em parceria entre a PRX, a PRP, a PRE, as Coordenadorias de Extensão e os Comitês Locais de Acompanhamento de Egressos. Além disso, considerando a importância de sistemas informatizados na mediação do diálogo entre instituição e seu público, as metas relacionadas ao acompanhamento de egressos abrangem:

Atualizar pesquisa de tipo Survey a cada dois anos;

- Implementar o uso efetivo do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP como forma de acompanhamento sistêmico dos egressos com o auxílio da equipe de Diretoria de Sistemas da Informação (DSI) em desenvolver novas funcionalidades deste sistema.
- A DAEST trabalhará de forma sinérgica com a DSI, a **Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI**, por meio do **Núcleo de Inteligência e Sustentabilidade (NIS-DDI)** para que seja possível aprimorar métricas para o tratamento das informações sobre os egressos, levantadas em diversas plataformas diferentes, de forma, a gerar indicadores que possam servir para balizar, as ações futuras, em relação

aos egressos, e disseminar estas informações, por meio de painéis divulgados no portal do IFSP.

- Criar aplicativos que permitam a interação imediata entre egressos, pesquisadores e empresas locais por meio da oferta de produtos e serviços sugeridos com base no cruzamento de informações do GPS e do Suap;
- Inserir dentro do perfil institucional do IFSP, uma aba de Egressos em plataformas profissionais e sociais já consolidadas e que o instituto já faça parte. Isto com suporte técnico da equipe da Diretoria de Comunicação (DiCom).

Assim, busca-se, por um lado, garantir ao egresso canais para continuar acompanhando e participando das ações promovidas pelo IFSP e, por outro, permitir à instituição constante atualização por meio de mecanismos que contribuam com a retroalimentação entre IFSP, egresso e mundo do trabalho.

Outra iniciativa, em parceria com a PRE, é a uniformização de formulários que permitam a integração entre o acompanhamento de egressos e as políticas de ingresso e permanência. Também, em parceria com a Diretoria de Gestão Acadêmica e Processo Seletivo - DGAP - PRE, Comunicação Social, as Coordenadorias de Extensão dos câmpus e os Comitês Permanente e Locais de Acompanhamento de Egressos, será desenvolvido calendário unificado de eventos e ações, bem como realizar-se-á um grande evento intercâmpus, conforme apresentado nas metas a seguir: uniformizar formulários a fim de propiciar um acompanhamento integral do estudante que abarque ingresso, permanência e egresso; criar calendário de eventos e ações relacionadas a egressos; realizar Seminário do Mundo do Trabalho sobre o tema; realizar encontro de egressos do IFSP.

Plano de Metas para a Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP- PDI 2024-2028				
1	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis

Plano de Metas para a Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP- PDI 2024-2028				
1	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis

2	O Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar, acompanhar, avaliar e assessorar os colegiados, CEIC's, coordenadorias e setores equivalentes dos câmpus no planejamento e na execução das ações de acompanhamento de egressos; • Alimentar os mecanismos virtuais existentes em parceria com a Dicom de forma a estabelecer e futuramente aprimorar o relacionamento com e entre os egressos; • aprimorar e atualizar as estratégias de obtenção de informações necessárias para acompanhamento de egressos. 	Os indicadores serão elaborados futuramente antes da primeira revisão do PDI, com o auxílio do comitê e do NIS.	Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest-RET); Pró-reitoria de Extensão-PRX; Pró-reitoria de Ensino-PRE; Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação-PRP
3	Criar o Encontro dos Estudantes Egressos do IFSP (ENEG-IFSP)	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a trajetória profissional e acadêmica dos estudantes egressos • Ofertar formação continuada na área de atuação do estudante egresso 	Encontro presencial ou a distância, que será realizado a cada biênio.	Diretoria de Assuntos Estudantis e os campi do IFSP
4	Criar o Simpósio dos Estudantes Egressos dos campus do IFSP (SIMEG-IFSP/sigla)	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento sobre a empregabilidade dos estudantes egressos • Ofertar formação continuada na área de atuação do estudante egresso nos cursos oferecidos pelo campus 	Encontro presencial ou a distância, que será realizado a cada biênio, intercalando com o ENEG-IFSP	Os campi do IFSP

Os indicadores de desempenho propostos pela Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria de assuntos estudantis para o PDI 2024/2028 são:

Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) - %EJA

$$\%EJA = \frac{MMEJA}{NTM} \times 100$$

Variáveis:

- **MMEJA:** Número total de matrículas equivalentes ativas nos cursos na modalidade EJA

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

NTM: Número total matrículas equivalentes em todos os cursos.

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Descrição: Oferta de no mínimo 10% das vagas ativas do na modalidade EJA, conforme Decreto 5.840/06.

Percentual de Evasão dos Cursos - %EVC

$$\%EVC = \frac{Eifsp (\%)}{Erfepct (\%)} \times 100$$

Variáveis:

- **EVC:** Taxa de Evasão dos cursos

Eifsp: Taxa de Evasão dos cursos do IFSP

Erfepct: Taxa de Evasão dos cursos da RFEPCT

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Descrição: Superar a média de evasão apresentada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT).

Quantidade de Cursos Realizados em Formação Continuada - %FCC

$$\%FCC = \frac{TSERV}{EVCC} \times 100$$

Variáveis:

TSERV: número total de servidores (efetivos ativos do quadro permanente)

EVCC: número de formações continuadas: inclui cursos, palestras, formações, realizadas pelo servidor no período, promovido ou fomentado pelo IFSP.

Descrição: Compreender a quantidade de formações continuadas realizadas ao longo de um período

Porcentagem de oferta de alimentação regular a todos estudantes da Educação Básica - %ORA

$$\%ORA = \left(\frac{n^{\circ} DORA}{dias letivos} \right) \times 100$$

Variáveis:

nº DORA: número de dias em que foi ofertada alimentação a todos os estudantes da Educação Básica.

Dias letivos: total de dias letivos do período.

Fonte: relatório de execução semestral Alimentação Estudantil.

Meta: aumento de, pelo menos, 50% em relação ao período do PDI anterior até o final do segundo ano de vigência do PDI 2024-2028

Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE - %CAF PNAE

$$\%CAF PNAE = \left(\frac{VAF PNAE}{Tot PNAE} \right) \times 100$$

Variáveis:

VAF PNAE: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE.

Tot PNAE: total da verba do PNAE executada.

Fonte: relatório anual de execução do PNAE e Planilha Anual de Execução Geral da Despesa - PNAE da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF).

Meta: no mínimo 30% anualmente, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2028.

Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar

custeados por outros recursos - %CAF OREC

$$\%CAF\ OREC = \left(\frac{VAF\ OREC}{Tot\ Alim} \right) \times 100$$

Variáveis:

VAF OREC: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados por outros recursos.

Tot PNAE: total da verba gasta com alimentos.

Fonte: relatório anual de execução do PAA

Meta: no mínimo 30% anualmente, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2028.

Porcentagem de *campi* com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação - %DEF

$$\%DEF = \left(\frac{n^{\circ}\ DEF}{Tot\ campi} \right) \times 100$$

Variáveis:

nº DEF: número de *campi* com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação.

Tot *campi*: número de *campi* do IFSP em funcionamento.

Fonte: relatório anual de execução da Alimentação Estudantil e IN sobre armazenamento.

Meta: 100% até o final do segundo ano de vigência do PDI 2024-2028.

Porcentagem de PPCs que abordam EAN - %EAN PPC

$$\%EAN\ PPC = \left(\frac{PPC\ c/ EAN}{Tot\ PPC} \right) \times 100$$

Variáveis:

PPC c/ EAN: número de PPCs que abordam EAN em ao menos duas disciplinas⁵.

Tot PPC: número total de PPCs.

Fonte: Leis 11947 e 13.666, além do questionário a ser enviado para a Pró-Reitoria de Ensino e para as Diretorias Adjuntas Educacionais.

Meta por *campus*: elevação de 20% ao ano.

Meta do IFSP: no mínimo 30% até o final da vigência do PDI 2024-2028.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 591**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Diário Oficial da União, DF, 07 de julho de 1992.

BRASIL. **Decreto nº 11.821**, de 12 de dezembro de 2023. Dispõe sobre os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Diário Oficial da União, DF, 12 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF, 16 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1.010**, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, DF, maio de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF, 17 de junho de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, DF, 20 de julho de 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.666**, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União, DF, 17 de maio de 2018.

BRASIL. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução CD/FNDE nº 06**, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, DF, 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

IFSP. **Resolução nº 41/2015**, de 02 de junho de 2015. Altera a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

IFSP. **Resolução nº 42/2015**, de 02 de junho de 2015. Altera a normatização dos auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

MAGALHÃES, CP. **Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação de São Paulo**. 104 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>